



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



Centro de Ciências Humanas e Sociais
Programa de Pós-Graduação em Comunicação
Mestrado em Comunicação

MOEMA GUEDES URQUIZA

**O LUGAR DO OUTRO NA NARRATIVA JORNALÍSTICA:
UM OLHAR A PARTIR DA CULTURA**

Campo Grande - MS
Abril de 2017



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



Centro de Ciências Humanas e Sociais
Programa de Pós-Graduação em Comunicação
Mestrado em Comunicação

MOEMA GUEDES URQUIZA

**O LUGAR DO OUTRO NA NARRATIVA JORNALÍSTICA:
UM OLHAR A PARTIR DA CULTURA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação – Mestrado em Comunicação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), área de concentração: Mídia e Representação Social; Linha de Pesquisa: Mídia, Identidade e Regionalidade, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Comunicação.

Orientador: Prof. Dr. Álvaro Banducci Junior
Coorientador: Prof. Dr. Marcos Paulo da Silva

Campo Grande - MS
Abril de 2017

MOEMA GUEDES URQUIZA

**O LUGAR DO OUTRO NA NARRATIVA JORNALÍSTICA:
UM OLHAR A PARTIR DA CULTURA**

A comissão examinadora, abaixo nominada, aprovou a dissertação “O lugar do Outro na narrativa jornalística: um olhar a partir da cultura”, de autoria de Moema Guedes Urquiza, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Comunicação.

Campo Grande, MS, 7 de abril de 2017

COMISSÃO EXAMINADORA:

Prof. Dr. Álvaro Banducci Junior
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS

Prof. Dr. Esmael Alves de Oliveira
Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD

Prof. Dra. Luciene de Oliveira Dias
Universidade Federal de Goiás – UFG

DEDICATÓRIA

Para os homens da minha vida.

Para os Outros.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pelo dom da vida e por me permitir chegar até aqui.

Agradeço ao meu companheiro, Antonio Hilário, e aos meus filhos, João Pedro e Artur, que preenchem de sentido e alegria a minha existência.

Aos meus familiares, amigos e amigas, por me acompanharem em todos os momentos, cada um a seu modo, o que faz de vocês únicos.

Aos colegas de turma e professores do Mestrado, pelas discussões, pelo aprendizado, pela partilha e pelas festas que fizemos juntos!

À Defensoria Pública de Mato Grosso do Sul por oportunizar a minha participação nos compromissos acadêmicos, como incentivo à minha formação profissional.

Aos meus orientadores, Álvaro e Marcos Paulo: gratidão por toparem me acompanhar de perto neste percurso acadêmico, com tanto cuidado, leveza e gentileza.

URQUIZA, Moema Guedes. **O lugar do Outro na narrativa jornalística: um olhar a partir da cultura.** Campo Grande, 2017. 81 p. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS.

RESUMO

A proposta desta dissertação é refletir sobre o lugar ocupado pelo Outro na narrativa jornalística, a partir das contribuições de autores que discutem cultura. A problematização em torno do objeto de pesquisa – o lugar do Outro na narrativa jornalística – é realizada com a contribuição de Geertz (1997, 2013), Wagner (2012), Bhabha (1998), Hall (1997, 2003a, 2003b), Duschatzky e Skliar (2011), Santos e Meneses (2010), Silva (2013, 2014), Medina (2003, 2006, 2008), Larrosa e Skliar (2011), Traquina (2008). Na perspectiva deste trabalho, o Outro é o sujeito subalternizado; a narrativa jornalística sob a qual me debruço é aquela alicerçada a partir da revolução industrial, que comunga com o modelo socioeconômico hegemônico, onde o tempo é linear, escasso e urgente, o conhecimento válido é o científico e onde a objetividade se traduz no ideal a ser perseguido pelos jornalistas. A opção metodológica para produzir uma reflexão sobre o lugar do Outro na narrativa jornalística foi a de conduzir este estudo não por meio de um veículo, formato ou gênero em específico, mas a partir de ferramentas essenciais ao fazer jornalístico: a pauta, fontes e entrevista. Nessa direção, matérias jornalísticas foram selecionadas e enxertadas na dissertação tanto como exemplo de adensamento da lógica abissal e do esvaziamento ou silenciamento do Outro nas narrativas como enquanto possibilidades criativas, de narrativas mais densas e complexas. Sem a pretensão de indicar modelos e normatizar padrões, ao final do percurso é possível concluir que há aproximações interessantes entre cultura e jornalismo, assim como entre os fazeres do etnógrafo e do jornalista, experiências que podem ser muito enriquecedoras se pudermos partir da perspectiva do Outro, numa atitude de escuta e observação para, então, buscar significados.

PALAVRAS-CHAVE: Jornalismo, Cultura, Alteridade, Subalternidade.

ABSTRACT

The purpose of this dissertation is to reflect on the place occupied by the Other in the journalistic narrative, based on the contributions of authors who discuss culture. The problem of the research object - the place of the Other in the journalistic narrative - is realized with the contribution of Geertz (1997, 2013), Wagner (2012), Bhabha (1998), Hall (1997, 2003a, 2003b), Duschatzky And Skliar (2011), Santos and Meneses (2010), Silva (2013, 2014), Medina (2003, 2006, 2008), Larrosa and Skliar (2011), Traquina (2008). In the perspective of this work, the Other is the subalternized subject; The journalistic narrative under which I dwell is the one based on the industrial revolution, which communes with the hegemonic socioeconomic model, where time is linear, scarce and urgent, valid knowledge is scientific and where objectivity translates into the ideal Be pursued by journalists. The methodological option to produce a reflection on the place of the Other in the journalistic narrative was to conduct this study not by means of a vehicle, format or genre in specific, but from the essential tools in making journalistic: agenda, sources and interview. In this direction, journalistic subjects were selected and grafted in the dissertation as an example of densification of the abyssal logic and the emptying or silencing of the Other in the narratives, as well as creative possibilities of denser and more complex narratives. Without pretension to indicate models and standardize standards, at the end of the course it is possible to conclude that there are interesting approximations between culture and journalism, as well as between the work of the ethnographer and the journalist, experiences that can be very enriching if we can start from the perspective of the Other, in an attitude of listening and observation to then seek meanings.

KEYWORDS: Journalism, Culture, Otherness, Subalternity.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
CAPÍTULO I – Cultura e jornalismo – Reconhecendo o terreno da discussão	14
1.1 – Que cultura? Que jornalismo?	16
1.2 – O olhar da mesmidade, o lugar da diferença	25
CAPÍTULO II – Quem vem lá? Quando o Outro “invade” a pauta jornalística...	32
2.1 – Pauta: linhas paralelas ou tramas interconectadas?	33
2.2 – Quem fala? O que fala? Fontes legítimas, visibilidade e silenciamentos.....	37
CAPÍTULO III – Entrevista: construindo pontes	55
3.1 – Deixar-se estranhar pelo Outro: a perspectiva da diferença	57
3.2 – Ampliar a observação e a capacidade de escuta	62
CONSIDERAÇÕES FINAIS - Brechas para outras narrativas jornalísticas	73
REFERÊNCIAS	76

INTRODUÇÃO

Na perspectiva de que a construção do conhecimento se dá em processo, ou que o “caminho se faz caminhando”, ao concluir o Mestrado em Educação¹ (2013) novos questionamentos surgiram e me instigaram a aprofundar um pouco mais os conhecimentos no campo da cultura. Na impossibilidade de dar passos largos e avançar para o doutorado, preferi continuar caminhando, ainda que mais lentamente, e iniciei o Mestrado em Comunicação (2015), na esperança de que este caminho pudesse contribuir com um maior aprofundamento teórico, primeiro por voltar à área de minha formação inicial, mas principalmente por ousar propor um projeto de pesquisa cujo objeto de estudo não repousa na concretude de um recorte empírico tradicional, mas é teórico-conceitual.

De fato, o maior desafio neste processo de dois anos, para uma pesquisa teórico-conceitual, foi aquilo que os orientadores disseram: o tempo é muito curto num percurso de mestrado. Provavelmente, a profundidade do mergulho seria maior numa pesquisa de doutoramento, não apenas pela natureza da pesquisa, mas, pelo tempo previsto para um doutorado, e conseqüentemente pelo maior prazo de dedicação às leituras – “campo de pesquisa” inevitável de um objeto teórico.

Como jornalista, percebo que a maioria das matérias veiculadas pela imprensa estabelece um diálogo enviesado com as práticas culturais a partir de um olhar hierarquizante, o que acaba por distanciar, negligenciar, estereotipar ou silenciar o Outro. Esta dissertação é fruto da inquietação de uma necessária articulação entre os dois campos – cultura e jornalismo – em busca de aproximações e distanciamentos. Lago (2003), refletindo sobre antropologia e comunicação, área que certamente abarca o fazer jornalístico, afirma que “a intersecção entre Antropologia e Comunicação ocorre em duas direções: na captura, por parte da primeira, do “objeto” constituído da segunda; e na captura, por parte da segunda, dos métodos tradicionais da primeira” (LAGO, 2003, p. 31).

Ao mesmo tempo, o Mestrado em Educação foi determinante para me aproximar dos autores que discutem cultura – da forma como será trabalhada e explicitada mais adiante. Alguns depoimentos de professores indígenas colhidos

¹ Mestrado em Educação concluído no ano de 2013, com a dissertação: “Identidades Indígenas na Mídia: um estudo com professores indígenas sobre Identidade/Diferença e Representação”, sob a orientação da Prof. Dra. Adir Casaro Nascimento.

naquele momento foram tão marcantes que serão citados ao longo deste trabalho, assim como algumas matérias jornalísticas, que contribuirão com a discussão do objeto teórico-conceitual.

No processo de amadurecimento da pesquisa, o recorte estabelecido foi refletir sobre o lugar ocupado pelo Outro na narrativa² jornalística, a partir das contribuições de autores que discutem cultura. Mas a que narrativa jornalística me refiro? Ao impresso, ao televisivo, ao radiofônico ou ao ciberjornalismo? Importante esclarecer desde já que não optei por um formato específico, nem por um gênero em especial. Não é foco desta pesquisa a desconstrução de um veículo ou dos autores de matérias jornalísticas, mas sim problematizar o modelo de jornalismo, hegemônico, que tem suas origens a partir da revolução industrial e que, portanto, comunga com a lógica abissal³ e com o esvaziamento da dimensão do Outro subalternizado. Daí a opção metodológica por delimitar essa reflexão problematizando a narrativa jornalística a partir da *pauta*, da escolha das *fontes* e da *entrevista jornalística*. Essas ferramentas fazem parte do cotidiano dos jornalistas e são insumos fundamentais para a elaboração da narrativa jornalística. Pauta, fontes e entrevista são como *chaves-mestras* que abrem portas na prática do jornalismo – seja ele impresso, eletrônico ou radiofônico. Apesar de não constituírem os objetos desta pesquisa, pois não é intenção deste estudo aprofundar o debate acerca de cada uma delas, optei por refletir sobre o lugar do Outro na narrativa jornalística – foco do trabalho - a partir destas três ferramentas, alinhavando a discussão com as contribuições dos teóricos que discutem cultura.

Quando me refiro ao Outro, compreendo-o na perspectiva de Bhabha (1998), como aquele que não é o mesmo. Aqui, o Outro nomina a diferença, construída sempre na relação com a identidade. “Ser diferente daqueles que são diferentes faz de você o mesmo” (BHABHA, 1998, p. 76). Na mesma direção, para Hall (2000, p. 110), “as identidades são construídas por meio da diferença e não fora dela. Isso implica o reconhecimento radicalmente perturbador de que é apenas por meio da relação com o Outro, da relação com aquilo que não é, com precisamente aquilo que falta (...)” que a identidade pode ser construída. Assim, quando falo sobre o Outro, considero o

² A opção por trabalhar com “narrativa jornalística” está vinculada primeiramente à ideia mais ampla de que este trabalho não tem a intenção de limitar o formato ou o veículo em que o jornalismo se faz presente. Compartilho da compreensão de Sato (2002), para quem “relatar acontecimentos significa construir um texto narrativo. (...) A narrativa parece contígua ao fato, mas, ao se transformar em notícia, o acontecimento torna-se um texto submetido às categorias narrativas” (SATO, 2002, p. 32).

³ O pensamento abissal é apresentado por Santos e Meneses (2010) e é melhor detalhado no capítulo 1 deste trabalho.

diferente, aquele que escapa da lógica ocidental de normalidade. Para me referir à diferença e nominar a alteridade, utilizarei a palavra “Outro”, com “O” maiúsculo, como utilizada por Bhabha (1998).

Para esta dissertação, adoto o conceito de cultura a partir da antropologia interpretativa de Geertz, para quem a cultura é um contexto e, na perspectiva de Max Weber, Geertz também acredita que “o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu” e, portanto, “a cultura como sendo essas teias e a sua análise” (GEERTZ, 2013, p. 4). Assim, cultura para Geertz passa por uma “ciência interpretativa, à procura de significados” (2013, p. 4). O autor também apresenta a etnografia como uma descrição densa⁴, conceito que nos ajuda a problematizar o fazer jornalístico.

O que o etnógrafo enfrenta, de fato – a não ser quando (...) está seguindo as *rotinas mais automatizadas de coletar dados* – é uma *multiplicidade de estruturas conceptuais complexas, muitas delas sobrepostas ou amarradas umas às outras*, que são simultaneamente estranhas, irregulares e inexplícitas, e que ele tem de, de alguma forma, *primeiro apreender e depois apresentar* (GEERTZ, 2013, p. 7, grifo nosso).

Assim, o olhar para problematizar o lugar do Outro nos espaços jornalísticos tem foco principalmente em Geertz (2013, 1997). O autor traz contribuições importantes para refletir o fazer jornalístico e, ainda que não trabalhe especificamente com o Outro subalterno, seu olhar para a realidade como se fosse um texto a ser interpretado, seu olhar para o ser humano como sujeito simbólico, torna possível estabelecer algumas relações com a narrativa jornalística.

Nessa seara, é importante pontuar que, mesmo consciente da distância epistemológica das abordagens de Geertz, em sua antropologia interpretativa, dos autores dos estudos pós-coloniais, compreendo que por tratar nesta pesquisa de um Outro bastante específico – o Outro-subalternizado, cujas diferenças são de ordem cultural, étnica, de classe, de gênero ou racial – também podem enriquecer o trabalho as contribuições de Bhabha (1998), indiano que nos apresenta um “local da cultura”, um “entrelugar” como espaço de negociação e disputas de poder; da mesma forma, Hall

⁴ Em “Um jogo absorvente: notas sobre a briga de galos balinesa”, Geertz (2013, p. 185 ss.) promove aquilo que ele chama de *descrição densa*: descreve de tal forma sua experiência numa aldeia balinesa e as percepções que, na condição de antropólogo/“invasor” – como ele mesmo se nomeia – foi colhendo daquela realidade e daquele povo que, ao descrever densamente pequenos fatos cotidianos, em suas miudezas, é possível atingir compreensões mais complexas, ainda que concordemos com o autor de que, “a análise cultural é intrinsecamente incompleta” (GEERTZ, 2013, p. 20).

(1997, 2000, 2003a, 2003b), jamaicano, sujeito diaspórico para quem a identidade “é um lugar que se assume” e não algo essencializado, construída na relação com a diferença, compreendendo cultura como “práticas sociais” que se inter-relacionam; e por fim, Duschatzky e Skliar (2011), pesquisadores que trabalham a partir da concepção de que suas ideias, palavras e experiências são “babélicas” e, nesta perspectiva, abordam questões como tradução, representação e estereótipo na narração da diferença.

Para dialogar com o campo da cultura, a conversa é entrelaçada com autores do jornalismo como Gomes (2009), que trabalha, entre outros conceitos, com verdade/veracidade, fato/narrativa, jornalismo, interesse público e ética jornalística; Sodré (2009), que articula fato/acometimento, verdade/credibilidade; Castro e Galeno (2002) que estabelecem conexões entre literatura e jornalismo; Dines (2009), que reflete sobre o caráter social da comunicação, o papel do jornalista e sua responsabilidade social; e Medina (1995, 2003, 2006, 2008), que propõe a construção de um diálogo na relação entre jornalista e fonte, e ressalta a importância da “emergência da emoção solidária aos movimentos do outro” (2006, p. 70).

Ao construir esse texto acadêmico, busquei *dissertar* a respeito do tema proposto sem a pretensão de esgotar conteúdos e muito menos normatizar fazeres. Dissertar, refletir a partir destes e de outros autores que estudam e trabalham com o tema da cultura e, em alguma medida, perceber pontos de interconexão e aprendizagem, na perspectiva de que ambos os campos – cultura e jornalismo - trabalham, em última instância, com o estudo e o relato de práticas humanas, de ações cotidianas. Certamente são fazeres vindos de conhecimentos distintos, mas que se tocam e se interconectam. Ao mesmo tempo, partimos do pressuposto de que nenhum deles é neutro ou destituído de interesses: ambos são atravessados permanentemente por relações de poder e tensionamentos.

Do ponto de vista metodológico, após revisão bibliográfica inicial, foi necessário selecionar os autores, tanto do campo da cultura como do jornalismo que trilhariam comigo este caminho de discussão e reflexão. Alguns textos jornalísticos foram selecionados, com a certeza de que as próprias narrativas jornalísticas são muitas vezes ambivalentes. Foram, todavia, escolhidas na perspectiva de que poderiam contribuir com a discussão teórica proposta. Não houve, para fins desta pesquisa, determinação de tempo, período, veículo ou quantidade de matérias, uma vez que estes aspectos não constituem foco desta pesquisa. Como foi dito, o objeto neste trabalho é

teórico-conceitual e busca refletir sobre o lugar ocupado pelo Outro nas narrativas jornalísticas, focado aqui pelo viés da pauta, da escolha das fontes e da entrevista.

Esta reflexão está organizada em três capítulos. No primeiro, *Cultura e Jornalismo: reconhecendo o terreno da discussão*, procurei localizar o lugar de fala, assim como também situar as compreensões dos conceitos tratados ao longo do texto. No capítulo 2, *Quem vem lá? Quando o Outro “invade” a pauta jornalística*, trabalho as contribuições do campo da cultura para o fazer jornalístico refletindo sobre o lugar do Outro a partir da pauta e da escolha das fontes. No terceiro e último capítulo – *Entrevista: construindo pontes* — a reflexão sobre o objeto de pesquisa se dá no contexto da entrevista jornalística, aproximando a reflexão entre jornalismo e cultura e também da literatura.

Finalmente, é importante justificar a opção – pessoal, mas sobretudo política – de escrever em primeira pessoa. Na condição de mulher negra e de origem humilde, fui ao longo da vida fazendo opções diante das oportunidades que foram surgindo, sem nunca perder de vista o meu ponto de partida, solidária com as dores humanas e questionadora de um modelo de desenvolvimento que privilegia alguns – notadamente os homens, brancos, urbanos, cristãos, heterossexuais e oriundos das classes mais abastadas – em detrimento de outros grupos, entre os quais me incluo. Para ser coerente com a escolha do objeto de estudo; para ser respeitosa com tantos grupos humanos subjugados e condenados a viver uma *subcidadania*, faço a opção consciente de escrever esta dissertação em primeira pessoa, na convicção de que existem outras lógicas, outros formatos e outros saberes significativos no mundo.

CAPÍTULO 1 – Cultura e Jornalismo

Reconhecendo o terreno da discussão

“Saúde pro meu povo envolve muita coisa.
Saúde é não apenas o corpo físico, mas também o espírito.
É manter os rituais, desde o casamento, quando se escolhem as pessoas, desde a gravidez.
Passar por todas as fases dos rituais, as fases que a gente passa. (...)
A comunidade não indígena fala muito da saúde do corpo e não compreende a doença espiritual.
Muitas vezes pessoas que vão no hospital, tá com problema na cabeça, dá uma dipirona...
toma aquilo, volta pra casa e não sara”.
(professora kaiowá, 2012)⁵

Um primeiro e importante movimento a ser feito no caminho reflexivo que proponho neste trabalho é marcar o lugar de fala, a perspectiva escolhida para trilhar esta pesquisa e a compreensão que tenho dos conceitos que nos acompanharão ao longo do percurso. O trecho do depoimento da professora kaiowá provavelmente causa estranhamento em alguns, resistência em outros e até certo grau de desconfiança de que a noção de saúde a que ela se refere seja mesmo válida do ponto de vista científico; seja mesmo “confiável”.

Essa sensação de “desconfiança” é indicadora daquilo que Santos e Meneses (2010) compreendem por pensamento abissal. É desta maneira que os autores se referem ao pensamento moderno ocidental:

O pensamento moderno ocidental é um pensamento abissal. Consiste num sistema de distinções visíveis e invisíveis, sendo que as invisíveis fundamentam as visíveis. As distinções invisíveis são estabelecidas através de linhas radicais que dividem a realidade social em dois universos distintos: o universo ‘deste lado da linha’ e o universo ‘do outro lado da linha’. A divisão é tal que ‘o outro lado da linha’ desaparece enquanto realidade, torna-se inexistente e é mesmo produzido como inexistente. Inexistente significa não existir sob qualquer forma de ser relevante ou compreensível (SANTOS; MENESES, 2010, p. 31-32).

Como premissa para este início de conversa, a contribuição de Santos e Meneses nos situa neste terreno instável e fraturado que habitamos, onde, na opinião

⁵ Os depoimentos de professores indígenas presentes neste trabalho são recortes das entrevistas realizadas por ocasião da pesquisa de Mestrado em Educação. As entrevistas foram realizadas no primeiro semestre de 2012, originalmente com seis professores indígenas. Os indígenas residem em Mato Grosso do Sul e convivem, com certa frequência, com situações de violação de direitos dos povos indígenas. São das etnias Terena, Kaiowá, Guarani Nandeva e Kadiwéu. Utilizei neste trabalho alguns trechos das entrevistas originais de dois professores indígenas, cujos nomes são omitidos a fim de preservar-lhes a identidade. Os depoimentos estão disponíveis em Urquiza, 2013.

dos autores, “a característica fundamental do pensamento abissal é a impossibilidade da copresença dos dois lados da linha” (SANTOS; MENESES, 2010, p. 32). É preciso que “o lado de lá” simplesmente inexista para que “o lado de cá” exista.

A professora kaiowá esbarra, em seu depoimento, em uma das duas manifestações que Santos e Meneses (2010) compreendem como estruturantes do pensamento abissal: o conhecimento moderno. A outra manifestação é o direito moderno. A professora indígena ousa questionar a noção de saúde da comunidade não indígena – ou seja, dos que estão “do lado de cá” da linha – ao mesmo tempo em que afirma suas convicções, suas certezas por aquilo que compreende como saúde. Seu depoimento é reproduzido integralmente mais adiante neste trabalho. Para Santos e Meneses (2010, p. 33), no que diz respeito ao conhecimento moderno, o pensamento abissal até considera a filosofia e a teologia como conhecimentos alternativos, todos do “lado de cá da linha”, ainda que convivendo em tensões. Porém, não há lugar “do lado de cá” para outras concepções de conhecimento que não se enquadrem no que seja “verdadeiro” e “falso”. São, portanto,

(...) formas de conhecimento que não se encaixam em nenhuma destas formas de conhecer [ciência, filosofia ou teologia]. Refiro-me aos conhecimentos populares, leigos, plebeus, camponeses, ou indígenas do outro lado da linha. Eles desaparecem como conhecimentos relevantes ou comensuráveis por se encontrarem para além do universo do verdadeiro e do falso. (...) Do outro lado da linha, não há conhecimento real; existem crenças, opiniões, magia, idolatria, entendimentos intuitivos ou subjetivos, que, na melhor das hipóteses, podem tornar-se objetos ou matéria-prima para a inquirição científica (SANTOS; MENESES, 2010, p. 33-34).

Assim, acolhendo a perspectiva de Santos e Meneses (2010), compreensões como o depoimento da professora kaiowá são saberes não válidos para o pensamento moderno ocidental – e uma vez não válidos acabam por ocupar um espaço estereotipado, folclórico, exótico ou situado no “passado”, como algo definitivamente “superado”. Essa realidade pode ser constatada no acesso e permanência de indígenas e quilombolas às universidades. Apesar de programas de ações afirmativas, prevalece uma forte resistência por parte das universidades, que não aceitam outras lógicas e outros conhecimentos, mas apenas os referendados como “científicos”. Não existe por parte das universidades mudança de postura, muito menos de currículos, que possam acolher os conhecimentos ancestrais desses povos que vem das margens. Nesse sentido, contribui a reflexão de Martín-Barbero (1997, p. 127) sobre “o longo processo de

enculturação” que forma o Estado moderno e consolida a ideia de Estado-Nação. Para Martín-Barbero, as “particularidades regionais, em que se expressam as diferenças culturais, se convertem em obstáculos à unidade nacional que sustenta o poder estatal” (1997, p. 128). São diferenças que atravancam e atrapalham a ideia de uma cultura nacional. Daí a importância de silenciar e censurar as culturas populares em nome de uma unidade. Martín-Barbero vai destacar dois campos que são expressivos no processo de enculturação e de silenciamento das diferenças:

a transformação do sentido de tempo que, abolindo o cíclico, impõe o linear, centrado sobre a produção, (e) a transformação do saber e seus modos de transmissão mediante a perseguição das bruxas e o estabelecimento da escola (MARTÍN-BARBERO, 1997, p. 130, grifo nosso).

Se há distâncias abissais entre “o lado de cá” e “o lado de lá”, do ponto de vista da realidade concreta, da vida vivida, esses Outros - não-sujeitos, não-protagonistas, possuidores de conhecimento não válido - insistem em “perturbar a ordem”, a normalidade estabelecida, e é neste contexto que o jornalismo, atividade essencialmente ocidental e urbana, se faz presente.

1.1 – Que cultura? Que jornalismo?

Para olhar o lugar ocupado pelo Outro nas narrativas jornalísticas, a partir da perspectiva da cultura, é preciso marcar as compreensões de cultura que utilizei nesta dissertação, assim também como pontuar a que jornalismo me refiro. Muitas são as compreensões do termo cultura e dezenas são as classificações que envolvem o termo, como cultura erudita/cultura popular; cultura brasileira, cultura norte-americana; cultura de massas, entre outras.

Para sustentar este estudo, a primeira contribuição vem da antropologia de Geertz (2013) para quem a cultura é um conceito “essencialmente semiótico”, uma trama de significados, suspensa, em busca de significação. Como já exposto, para Geertz o ser humano está amarrado às teias de significados tecidas por ele próprio e é essa teia, suas interpretações e análises que constitui cultura na perspectiva do autor. Em sua antropologia interpretativa, Geertz ousa em não apresentar respostas prontas e certezas acabadas ou inquestionáveis. Compreende o comportamento humano como uma ação simbólica, e a cultura sendo um entrelaçar de ações e fazeres humanos,

carregados de significados. O autor afirma que “a cultura é pública porque o significado o é” (GEERTZ, 2013, p. 9). Em outras palavras: é preciso compreender a cultura a partir dos códigos compartilhados por sujeitos que integram esta cultura.

Ao tratar do quanto somos seres culturais, Geertz afirma haver um espaço a ser preenchido pela própria cultura “entre o que o nosso corpo nos diz e o que devemos saber a fim de funcionar” (2013, p. 36), de forma que, mesmo as dimensões mais elementares da existência são construídas com alguma matéria-prima advinda da cultura. Para ele,

a fronteira entre o que é controlado de forma inata e o que é controlado culturalmente no comportamento humano é extremamente mal definida e vacilante. (...) Nossas ideias, nossos valores, nossos atos, até mesmo nossas emoções são, como nosso próprio sistema nervoso, produtos culturais (GEERTZ, 2013, p. 36).

Estamos – na compreensão de Geertz – amarrados a teias de significados que nós mesmos construímos enquanto grupos humanos. O autor ainda nos apresenta a noção de *contexto* como fundamental para a compreensão da cultura. Para ele,

como sistemas entrelaçados de signos interpretáveis (...), a cultura não é um poder, algo ao qual podem ser atribuídos casualmente os acontecimentos sociais, os comportamentos, as instituições ou os processos; ela é um contexto, algo dentro do qual eles podem ser descritos de forma inteligível – isto é, descritos com densidade. (GEERTZ, 2013, p. 10).

Ao focar o contexto, o lugar onde as relações entre os seres humanos acontecem, Geertz propõe o conceito de *densidade* na descrição, no relato sobre as ações humanas. O autor compreende que somente uma “boa interpretação de qualquer coisa (...) leva-nos ao cerne do que nos propomos interpretar” (2013, p. 13). Assim, Geertz ressalta no trabalho do etnógrafo sua capacidade de “tirar grandes conclusões a partir de fatos pequenos, mas densamente entrelaçados” (GEERTZ, 2013, p. 20). O antropólogo toma emprestada a discussão de Gilbert Ryle em torno da “descrição densa”⁶ para concluir que a etnografia é uma descrição densa porque “é como tentar ler

⁶ Geertz (2013) faz referência a noção citada por Ryle onde dois garotos piscam o olho direito. “Como movimento dos dois, são idênticos” (2013, p. 5); mas desenvolve sua reflexão lembrando que piscar pode ser apenas uma piscadela intencional, ou um tique nervoso; ou ainda, se houvesse um terceiro garoto a imitar os dois primeiros, este último não estaria nem piscando, nem com um tique nervoso, mas buscando “ridicularizar” ou ensaiar uma piscada de olho. Diz Geertz que “a análise é, portanto, escolher entre as estruturas de significação” (2013, p. 7), contexto em que uma descrição densa bem elaborada pelo etnógrafo poderá dar conta de sua complexidade.

(no sentido de ‘construir uma leitura de’) um manuscrito estranho, desbotado, cheio de elipses, incoerências, emendas suspeitas e comentários tendenciosos (...)” (2013, p. 7).

Na mesma direção, Wagner (2012) fortalece a ideia de *relação*, ao tratar de cultura como aquela que “coloca o pesquisador em pé de igualdade com seus objetos de estudo: cada qual ‘pertence a uma cultura’” (WAGNER, 2012, p. 40). Para ele,

A combinação dessas duas implicações da ideia de cultura – o fato de que nós mesmos pertencemos a uma cultura (objetividade relativa), e o de que devemos supor que todas as culturas são equivalentes (relatividade cultural) – leva a uma proposição geral concernente ao estudo da cultura. Como sugere a repetição da raiz ‘relativo’, a compreensão de uma outra cultura envolve a relação entre duas variedades do fenômeno humano; ela visa a criação de uma relação intelectual entre elas, *uma compreensão que inclua ambas* (WAGNER, 2012, p. 40, grifo nosso).

No desafio de estabelecer uma relação com a diferença, com o Outro, é preciso haver um movimento para criar tal relação, o que passa, segundo Wagner (2012, p. 42), por “conhecer” a cultura estudada. Aqui, Wagner descreve o papel do pesquisador no envolvimento com a outra cultura, mas é importante destacar o quanto, na relação estabelecida, aquele que pesquisa, que busca conhecer o Outro torna-se ele próprio “o elo entre culturas por força de sua vivência em ambas” (2012, p. 42). O produto de seu trabalho passará pelo seu comprometimento nesta relação, por conhecer o Outro, “baseado na profundidade e abrangência de seu entendimento da cultura estudada” (WAGNER, 2012, p. 42).

É importante destacar aquilo que Wagner chama de “invenção da cultura”. Para o autor, e essa ideia é bastante cara para o estudo que proponho, na relação com outra cultura, o pesquisador se relaciona com a diferença com tudo o que traz consigo, ou seja, a partir de sua própria cultura. Seu olhar não será como o de uma criança, “pois aborda a situação já como um adulto que efetivamente internalizou sua própria cultura” (WAGNER, 2012, p. 51). Assim como também, por pertencer ao “lado de cá”, reinventa a cultura do Outro a partir de sua própria.

Ele irá “participar” da cultura estudada não da maneira como um nativo o faz, mas como alguém que está simultaneamente envolvido em seu próprio mundo de significados, *e esses significados também farão parte*. (...) É o conjunto de predisposições culturais que um forasteiro traz consigo que faz toda a diferença em sua compreensão daquilo que está ‘lá’” (WAGNER, 2012, p. 52, grifos do autor).

Como afirmei anteriormente, mesmo consciente das diferenças epistêmicas que existem entre a antropologia hermenêutica de Geertz e o pensamento dos autores pós-coloniais, por tratar neste estudo do lugar ocupado pelo Outro-subalternizado nas narrativas jornalísticas, trago as contribuições de alguns autores deste outro campo epistemológico por compreender que acrescentam e enriquecem mais as aproximações com o campo jornalístico, estabelecendo profícuas conexões. Assim, olhando agora para os estudos pós-coloniais, quando falamos de cultura, Bhabha tem um posicionamento próprio, utilizando metáforas geográficas para situar o lugar simbólico da mesma.

Ao tratar do “local da cultura”, Bhabha destaca a existência tanto de “histórias de exploração” como do “desenvolvimento de estratégias de resistência” (BHABHA, 1998, p. 26). Ressalta, portanto, que existem outras maneiras de estar no mundo, lembrando da existência de comunidades e povos constituídos “de outro modo que não a modernidade” (1998, p. 26):

Tais culturas de *contra-modernidade* pós-colonial podem ser contingentes à modernidade, descontínuas e em desacordo com ela, resistentes a suas opressivas tecnologias assimilacionistas; porém, elas também põem em campo o hibridismo cultural de suas condições fronteiriças para “traduzir”, e portanto reinscrever, o imaginário social tanto da metrópole como da modernidade (BHABHA, 1998, p. 26).

O autor trabalha com uma noção de cultura enquanto diversidade, processo e hibridismo cultural. Para Bhabha, o hibridismo cultural “representa aquele ‘desvio’ ambivalente do sujeito discriminado em direção ao objeto aterrorizante” (BHABHA, 1998, p. 165). Ou seja, não se trata apenas de uma mistura entre culturas, para resultar num terceiro elemento; “as diferenças culturais não estão simplesmente lá para serem vistas ou apropriadas” (p. 166), mas há uma permanente disputa, imposições e resistências, num “choque-cultural” contínuo. Com esse olhar sobre a cultura, Bhabha desconstrói a ideia de opressores e oprimidos, para dizer que sujeitos – individuais ou coletivos – estão impregnados por diferentes papéis, identidades múltiplas e onde o poder está em processo, em deslocamento. São relações culturais ambivalentes, que produzem identidades fendidas, rasuradas.

Os embates de fronteira acerca da diferença cultural tem tanta possibilidade de serem consensuais quanto conflituosos; podem confundir nossas definições de tradição e modernidade, realinhar as fronteiras habituais entre o público e o privado, o alto e o baixo, assim como desafiar as expectativas normativas de desenvolvimento e progresso (BHABHA, 1998, p. 21).

Bhabha (1998) apresenta o conceito de *fronteira*, enquanto espaço de trânsito entre identidades, entre culturas, entre saberes, ou seja, um espaço cultural e simbólico, para além da ideia de fronteira geográfica. Tem como foco os processos de produção das diferenças culturais ao mesmo tempo em que questiona a ideia de diversidade cultural (p. 63). Para ele, a diversidade cultural é um conceito pré-estabelecido, uma realidade dada. Por outro lado, “a diferença cultural é o processo da enunciação da cultura” (p. 63) e é por isso que compreende fronteira como “o lugar a partir do qual algo começa a se fazer presente” (1998, p. 24), em permanente movimento. Trata-se do que o Bhabha chama de *entre-lugares*, espaços deslizantes, escorregadios, de margens em “permanente deslocamento cultural” (1998, p. 46).

Assim, Bhabha nos alerta para as muitas posições ocupadas pelo sujeito, híbrido e descentrado. É nos entre-lugares, nas bordas, nos espaços de cisão e nas fissuras que, de acordo com o autor, acontecem os processos de atravessamentos entre culturas, onde a identidade é sempre “confrontada por sua diferença, seu Outro” (BHABHA, 1998, p. 79). Outra ideia-força em Bhabha, vinculada à compreensão de cultura, é a noção de *tradução*, aqui colocada como processo, trânsito e “transferência de sentido”. Larrosa e Skliar (2011) ao tratar de tradução, reforçam este conceito:

Se a língua era pensada no século XIX a partir do ponto de vista de representação ou, o que é o mesmo, a partir da relação entre significante e significado, hoje tende-se a pensá-la ao modo de *tradução*, isto é, a partir do ponto de vista da relação e do transporte entre sistemas de significados. (...) Nos preocupam suas *diferenças*, suas *contaminações*, suas *dinâmicas fronteiriças*, seus aspectos *idiomáticos*; e cada vez é mais claro para nós que o próprio sentido não é outra coisa senão o *inesgotável* do significado, o *disperso*, *confuso e infinito* do significado ou, dito de outra forma, o movimento vertiginoso do intercâmbio, do transporte e da pluralidade do significado (LARROSA; SKLIAR, 2011, p. 8, grifo nosso).

Assim como há palavras, há contextos e percepções que são “intraduzíveis”, no sentido de uma total incorporação por outra língua ou cultura. São situações em que não há exatidão ou fixidez, mas onde os processos culturais acontecem permeados por uma rede ou cadeias de significados. É no contexto cultural fronteiro que ocorrem os processos de tradução e de negociação. Para Bhabha (1998), esses “espaços de tradução” são “lugar de hibridismo”, onde se constrói a novidade, “nem um e nem outro” (p. 51), “menos que um e duplo” (p. 174), pois “nenhuma cultura é jamais unitária em si mesma, nem simplesmente dualista na relação do Eu com o Outro” (p.

65). Por isso mesmo, o valor da concepção de cultura enquanto espaço de negociação/tradução está na ideia transmitida pelo autor, quando diz que:

uma temporalidade que torna possível conceber a articulação de elementos antagônicos ou contraditórios (...), que abrem lugares e objetivos híbridos de luta e destroem as polaridades negativas (...)
(BHABHA, 1998, p. 51)

Assim, a partir do referencial teórico escolhido, adoto neste estudo a compreensão de que cultura é um conceito semiótico, que depende de interpretação para que os significados da teia tecida pelos próprios sujeitos façam sentido. Compreendo que cultura passa pelo estabelecimento de relações e é assim um conceito dinâmico, escorregadio e em permanente processo de transformação, onde as pessoas reinventam-se constantemente. A ideia de cultura está atrelada a processos de tradução/negociação nas fronteiras, nos entre-lugares, onde “um mais um é sempre mais que dois”⁷.

E a que jornalismo me refiro quando proponho a presente reflexão? Para pensar o lugar ocupado pelo Outro na narrativa jornalística é importante pontuar que trabalho com o modelo de jornalismo forjado no contexto e a partir da lógica industrial, como atividade urbana, cujo processo histórico culminou com o jornalismo hegemônico vigente. É fato que existem outras narrativas jornalísticas que não se enquadram no formato da chamada “grande imprensa” como, por exemplo, o jornalismo de resistência e o jornalismo alternativo⁸, manifestações que se ampliaram, sobretudo com o advento das novas tecnologias e redes sociais.

Retomando Martín-Barbero (1997), quando o autor fala sobre as rupturas na concepção de tempo instauradas pelo “longo processo de enculturação”, o mesmo nos recorda que, no período anterior à consolidação do Estado moderno e ao surgimento da burguesia, o tempo cíclico era um tempo cujo eixo estava na festa. As festas balizam a temporalidade social nas culturas populares (Martín-Barbero, 1997, p. 130). Assim, muitos povos e comunidades ainda hoje se organizam em torno, por exemplo, da colheita e do plantio dos produtos da terra ou estabelecem seus ritos a partir do tempo cíclico da natureza. Entretanto, o desenvolvimento do Estado moderno e o amadurecimento do capitalismo industrial vão quebrar a ideia de tempo cíclico e situar,

⁷ Trecho da música “O Sal da Terra”, de autoria de Beto Guedes e Ronaldo Bastos.

⁸ Kucinski (1991) traça o percurso da imprensa alternativa no Brasil, com alguns dos principais jornais e movimentos políticos a eles vinculados. Festa e Silva (1986) apresentam um pouco da história dos movimentos sociais como gênese da comunicação popular e alternativa no país. Andrade (2014) também faz uma breve reflexão em seu artigo sobre o uso das tecnologias como brechas para o jornalismo não-hegemônico.

como afirma Martín-Barbero (1997, p. 131) a produção como novo eixo de valor na organização da temporalidade.

Abstrato, o tempo da produção desvaloriza socialmente os tempos dos sujeitos – individuais ou coletivos – e institui um tempo único e homogêneo – o dos objetos – fragmentável mecanicamente, tempo puro. E irreversível, pois *se produz* como “tempo geral da sociedade” e da história, uma história cujo “segredo” está na dinâmica da acumulação indefinida e cuja razão suprime toda alteridade ou a torna anacrônica (MARTÍN-BARBERO, 1997, p. 132, grifo do autor).

Ocorrem, neste longo processo, transformações também no campo do conhecimento e na maneira como este é transmitido. Martín-Barbero recorda que no novo “mundo que esboça a razão: vertical, uniforme e centralizado” não cabe o “saber mágico – astrológico, medicinal ou psicológico” (1997, p. 133). E é neste contexto que a escola passa a ter um papel determinante para desarticular a cultura popular, o modo popular de construção e transmissão de saber para “introduzir as crianças nos dispositivos prévios para o ingresso na vida produtiva” (MARTÍN-BARBERO, 1997, p. 133), garantindo uma “educação como preenchimento de recipientes vazios e a moralização como extirpação dos vícios” (1997, p. 133).

Pensando no jornalismo, a análise de Schudson (2010) que traça uma história social do jornalismo estadunidense, afirma que as referências e bases da profissão estão nos percursos jornalísticos dos Estados Unidos e da Inglaterra e, até o final do século XIX, a objetividade ainda não havia se tornado norma ou principal prática do jornalismo (SCHUDSON, 2010, p. 15). “Na virada do século os principais jornais ainda empregavam tanta ênfase na narração de uma boa história quanto na apuração dos fatos” (2010, p. 15). Aliás, o autor argumenta que, em meados do século XIX os *penny papers* (periódicos mais baratos e de circulação massiva) já foram impulsionados pelas transformações em infraestrutura, transportes e tecnologia, apesar destas transformações não constituírem os únicos fatores desse crescimento.

Porém, a consolidação da ideia de objetividade irá ocorrer após a 1ª Guerra Mundial. Schudson afirma que é depois desse fato histórico que a “objetividade torna-se ideologia” (2010, p. 143). E torna-se ideologia porque, ao mesmo tempo em que ocorre o divórcio entre informação e opinião, a objetividade aproxima-se da ideia de ciência, quando ganha espaço também em outras áreas profissionais, como a medicina e o direito (SCHUDSON, 2010, p. 18). Em outras palavras, a objetividade passa a ser perseguida como modelo para alcançar a verdade, enquanto a opinião e a subjetividade

perdem força. Além disso, é após a 1ª Guerra Mundial que o jornalismo se profissionaliza, forçado inclusive por aquilo que Neveu (2006) chama de “lógica empresarial”: “os *barões da imprensa* são empresários capitalistas, antes de ser soldados intermediários de forças políticas, o que dissocia o jornalismo do engajamento partidário” (NEVEU, 2006, p. 25).

A influência do modelo estadunidense passa a ser mais forte no Brasil já no início do século XX, como argumenta Bronosky (2010, p. 25). Tratava-se da “valorização dos acontecimentos do cotidiano, do fato. A ideia de um jornalismo imparcial, objetivo, isento, tornava-se cada dia mais presente” (BRONOSKY, 2010, p. 25). E, neste contexto, corroboram com a prática profissional mais técnica e menos subjetiva a implantação de manuais de redação nos principais jornais do país.

[...] passou-se a exigir dos jornalistas, especialmente repórteres, maior compromisso com sua formação geral. Esse conjunto de mudanças, que ao longo dos anos seguintes consolida-se, marca definitivamente o ingresso do jornalismo brasileiro às lógicas de mercado, no qual a notícia passa a ser encarada como produto cultural voltado às massas e o jornal torna-se empresa. Esse novo quadro, complexo e sofisticado, contribuiu para a adoção de mecanismos mais racionais de organização, como os manuais de redação (BRONOSKY, 2010, p. 31).

Essas ferramentas auxiliaram, portanto, na divisão do trabalho dentro das redações, no estabelecimento de disciplinas, normas e especializações de tarefas, dentro da dinâmica comercial baseada em critérios objetivos, de economia de tempo e de recurso. “A lógica racional ancorada num crescente processo de tecnicização e especialização passam a determinar o modo de funcionamento das empresas de comunicação. O jornalista passa a ocupar um lugar definitivo na estrutura de produção” (BRONOSKY, 2010, p. 37).

Neste contexto histórico, no qual procuro delimitar sobre qual jornalismo versarão as reflexões deste trabalho, é importante reiterar que a especificidade da narrativa jornalística quando praticada em meio radiofônico, televisivo, impresso ou no ciberespaço levou-me a optar, como já exposto na introdução, a olhar para o lugar do Outro a partir da pauta, da escolha de fontes e da entrevista. Mesmo a entrevista, que pode ser classificada como um gênero específico foi aqui compreendida como uma ferramenta comum ao fazer jornalístico, independente do meio em que a narrativa irá circular, independente do formato ou do gênero desta narrativa.

Marcondes Filho (2009) define jornalismo na modernidade como

essencialmente seleção, ordenação, atribuição ou negação de importância de acontecimentos dos mais diversos, que passam a funcionar como se fossem um espelho do mundo. Atuar no jornalismo é, portanto, uma opção ideológica, ou seja, a definição do que vai sair, como, com que destaque e com que favorecimento, corresponde a um ato de seleção e de exclusão que torna o jornal um veículo de reprodução apenas parcial da realidade. Definir a notícia, escolher a angulação, a manchete, a posição na página ou simplesmente não dá-la é um ato de decisão consciente dos próprios jornalistas (MARCONDES FILHO, 2009, p. 266).

Assim, a atividade jornalística construída na lógica do pensamento ocidental, transformou-se juntamente com o processo de industrialização e com a profissionalização dos fazeres, incluindo a divisão social do trabalho e a especialização das funções. Enquanto construção, a narrativa jornalística está em permanente processo de tensionamento e disputas de poder, uma vez que o jornalismo “se tornou um negócio e um elo vital na teoria democrática” (TRAQUINA, 2008, p. 20). Sodré, por sua vez, ressalta que onde existe “discurso (...), há disputa em torno da produção de sentido” (SODRÉ, 2009, p. 14).

Traquina (2008, p. 17) trabalha com a ideia de notícia como estória contada e lembra certa “aversão dos jornalistas” à ideia do texto jornalístico enquanto narrativa. A situação evidencia que, “embora o paradigma das notícias como narrativa não signifique que as notícias sejam ficção” (TRAQUINA, 2008, p. 17), tal propositura acaba por questionar “o conceito das narrativas como espelho da realidade” (TRAQUINA, 2008, p. 17). Em outras palavras: falar de narrativa pode remeter à ideia de “parcialidade”, de “ficção”, de “invenção”, conceitos que abalam e desconstruem a noção de jornalismo ao longo do século XX, tão fincada em valores como credibilidade, isenção, imparcialidade e compromisso com a verdade. Entretanto, compartilho da ideia de construção do relato, de construção da narrativa, e de que, mesmo resguardadas as lógicas que fundamentam o fazer jornalístico, haverá sempre um olhar, uma opção; haverá necessariamente contaminação e recortes de realidade. Assim como concordo com Silva (2002), quando afirma que o “jornalismo, como construção de texto, precisa falar do verdadeiro, sem falsidade, mas com verossimilhança” (SILVA, 2002, p. 49). O texto jornalístico, nesse sentido, aproxima-se da ideia de narrativa, numa realidade permeada por inúmeras narrativas, inúmeras versões, olhares, perspectivas, exposições e silenciamentos. Para Sodré e Ferrari,

(...) a narrativa não é um privilégio da arte ficcional. Quando o jornal diário noticia um fato qualquer, como um atropelamento, já traz aí, em germe, uma narrativa. O desdobramento das clássicas perguntas a que a notícia pretende responder (quem, o quê, como, quando, onde, por quê) constituirá de pleno direito uma narrativa, não mais regida pelo imaginário, como na literatura de ficção, mas pelo dia-a-dia, pelos pontos rítmicos do cotidiano que, discursivamente trabalhados, tornam-se reportagens (SODRÉ; FERRARI, 1986, p. 11).

Gomes (2009, p. 66) nos lembra, na mesma direção, que “não há apenas fatos; não há tão somente interpretações. Há verdade e há perspectiva. O importante é não perder de vista a tensão da convivência destes dois termos imprescindíveis. Verdade na perspectiva, não verdade da perspectiva (...)”. Verdade na perspectiva de quem? Há, assim, sempre um atravessamento do olhar, para a construção de uma narrativa veraz.

1.2 - O olhar da mesmidade, o lugar da diferença

Quem são esses estranhos que chegam de outro mundo? E trazem consigo outra forma de organização social? Outra lógica econômica? Outro modelo de desenvolvimento? Outra língua? Outras formas de comunicação? Outra manifestação sexual? Quem são esses que ousam ocupar outros espaços, os nossos espaços? Apresentar outras soluções? Outros remédios? Outras crenças? Outros saberes? Que saberes? Essas talvez sejam algumas das muitas perguntas que a mesmidade elabora cotidianamente ao se deparar com a diferença. Por mesmidade, na perspectiva de Skliar (2003), compreendo o modelo do mesmo, a referência, a lente por meio da qual o sujeito enxerga o mundo e o Outro: buscando enquadrar o Outro em sua semelhança e expulsando o diferente. Na mesmidade, a igualdade é compreendida como o retorno ao mesmo (colonizador) e, portanto, o oposto à ideia da diferença. Nas palavras de Skliar: “(...) a mesmidade não deseja outros espelhos a não ser os próprios. (...) A mesmidade quebra os espelhos que não lhe são próprios” (SKLIAR, 2003, p. 170).

Que lugar ocupam, por exemplo, os indígenas, os negros, os povos do campo e da floresta, os ciganos, as pessoas LGBT, os moradores de rua e tantos Outros nas narrativas jornalísticas? Distantes daquilo que é considerado “normal” ou “modelo padrão” na cultura ocidental, a construção da representação desses sujeitos nas narrativas jornalísticas não se distancia muito do que a sociedade em geral pensa a respeito desses Outros. De alguma forma, como bem afirma Alberto Dines (2009, p. 73), “jornalista e leitor (...) fazem parte de um mesmo bolo social; são, em última

análise, a mesma coisa”. Para o autor, a imprensa “é o reflexo e segmento da própria sociedade a que serve”. (DINES, 2009, p. 73). Basta visitar os sites de alguns veículos de comunicação, nacionais e regionais, para identificar alguns dos lugares ocupados pelo Outro em matérias jornalísticas:

Paulistanos montam loja grátis com roupas usadas para moradores de rua. Folha Online, 05 jul. 2015.

'Polícia não pode ser babá de moradores de rua', diz secretário do RJ. Folha Online, 12 mai. 2015.

Dois são baleados por policiais durante operação na cracolândia; PM é ferido, Folha Online, 29 abr. 2015.

Sem-teto retirados do prédio de Eike invadem edifício de governo no Rio. Folha Online, 24 abr. 2015.

Quando ser índio é um bom negócio. Veja Online, 10 ago. 2012.

A dúvida política indígena que pressiona o governo Dilma. Veja Online, 08 jun. 2013.

Quilombolas ocupam prédio do Incra no RS. Veja Online, 05 out. 2011.

PF tenta conter risco de conflito em área quilombola. Veja Online, 16 fev. 2012.

Depois de conflito com fazendeiros, indígenas deixam propriedade. Correio do Estado, 25 jun. 2015.

Justiça afirma ser “impossível” diminuir crimes contra indígenas. Correio do Estado, 01 jun. 2015.

GTRAN retira ciganos acampados em ginásio. Correio do Estado, 19 mar. 2013.

Cigana aplica golpe de R\$ 150 em mulher de 61 anos e é presa. Correio do Estado, 29 abr. 2015.

PF flagra desmatamento ilegal praticado por índios e quilombolas. Campo Grande News, 02 jul. 2015.

Grupo de sem-terra bloqueia duas rodovias no 8º dia de protesto. Campo Grande News, 08 mai. 2015.

Em protesto contra PEC, estudantes índios bloqueiam acesso à universidade. Campo Grande News, 29 abr. 2015.

Pelos títulos das matérias, o Outro é alguém que incomoda, desorganiza, desestabiliza, causa problemas para o que já está posto, consolidado e considerado como normal pela sociedade. São sujeitos paradoxais, que quebram a lógica da doxa⁹. Para a mesmidade, são sujeitos imprevisíveis, que subvertem as lógicas – da economia, da política, do direito, da moral, do lícito. E por ousarem subverter, acabam sendo considerados perigosos, como afirmam Duschatzky e Skliar (2011).

O caráter imprevisível da alteridade transforma o indizível em perigoso. Assim, as diferenças culturais costumam ser mais bem explicadas em termos de traços fixos, estáticos, essenciais e essencializados, considerados como constitutivos da natureza humana (DUSCHATZKY; SKLIAR, 2011, p. 123)

O crime de estupro contra vulnerável, por exemplo, pode causar mais manchetes sensacionalistas quando praticado por indígenas, do que o mesmo crime praticado por outros segmentos sociais, como se a violência fosse algo da “essência” do ser indígena.

A partir da concepção de Bhabha (1998), considero que a narrativa jornalística pode ser compreendida como espaço de fronteira, em que se negociam permanentemente valores, relações de força e poder, visibilidade/invisibilidade. São entre-lugares em que ocorre o trânsito entre culturas e a possibilidade de enxergar outras perspectivas. Como invenção do Ocidente, localizado “do lado de cá” da linha, o fazer jornalístico moderno encontra-se envolto pela urgência em concluir as pautas para o fechamento da edição e por concepções pré-existentes e modelos a serem seguidos, como os próprios manuais de redação, para não fugir do “padrão de produção”. Narrar apenas a mesmidade, sem considerar a alteridade e a diferença tem sido a regra. Além disso, a “competência técnica contemporânea tem sido destacada pelo ângulo do domínio de tecnologias de ponta. Ocorre então um descuido da responsabilidade ética que se alimenta da intuição afetiva” (MEDINA, 2006, p. 25).

Ao relembrar um episódio veiculado na mídia, o professor e rezador terena¹⁰ ressalta um discurso em que o indígena é representado como “selvagem”, “irracional” e,

⁹ De acordo com SILVA (2013, p. 124), a “noção de *paradoxo* é interpretada [...] como uma palavra-composta constituída pelo vocábulo ‘*para*’, prefixo de origem grega que pode significar ‘além’ ou ‘estranho/anormal à’, e o sufixo ‘*doxa*’, resultando nos sentidos de ‘além da *doxa*’ ou ‘estranho à *doxa*’ – isto é, trata-se de uma instância – um típico “desvio” – que rompe com a ordem simbólica socialmente estabelecida no senso comum”.

¹⁰ Assim como a professora kaiowá já citada, aqui também utilizo trechos do depoimento do professor e rezador terena oriundos das entrevistas realizadas por ocasião da pesquisa de Mestrado em Educação

portanto, “violento por natureza”. O professor também evidencia que, em tantos outros momentos, o indígena é apresentado como um sujeito “manso”, que não “resiste”, que não “reage”, numa representação romântica da pessoa indígena. A ambivalência¹¹ dessa representação é descrita pelo professor e rezador terena:

Eu lembro de uma notícia recente que um índio foi assassinado por uma moça, também indígena, que teria sido ajudada pela sobrinha (uma coisa assim). E aí, lá no final da reportagem, o apresentador fez o seguinte comentário: “é natural, porque todos os índios são selvagens”. Foi na rede de televisão local, aqui de Campo Grande. Ele fez esse comentário. [...] Que se mexer com um indígena *é natural esperar que esse ato selvagem renasça*, ressurgja de dentro do indígena. Fiquei ouvindo aquilo, com indignação. Mas às vezes eu acho assim que nós também não reagimos a esses comentários. Não fizemos nem um *e-mail*, nem nada... e em vários outros momentos já aconteceu isso, e nós não reagimos.

A mídia deixa de reportar os movimentos para a retomada das terras, os estudos realizados para que a terra seja considerada indígena. Ela divulga o quê? Justamente isso: essa pancadaria. Mas tem um outro lado na mídia: que é o lado muito romântico. Às vezes, *nós indígenas aparecemos na mídia de uma forma tão romântica... tão bonzinhos, pacíficos*. Resistimos a algumas situações, mas outras vezes não.

O que me assusta, [diante do que sai na imprensa] não é o que a notícia provoca dentro da comunidade indígena, *mas o que a notícia provoca fora das comunidades*. Sabe porque? Todas essas notícias, quando a gente ouve alguma coisa, nas comunidades, sempre se comenta: “você viu o que tão falando da gente?”. Mas fora da comunidade... (professor e rezador terena, grifo nosso)¹².

O olhar da mesmidade contribui para a criação e o fortalecimento destas polaridades em relação à identidade do Outro – no caso, do indígena como manso/violento – duas visões negativas do sujeito que são acessadas pelo não-indígena, conforme a sua conveniência. Utilizamos, desta forma, a definição do Outro que melhor nos convém, desde que possamos fortalecer nossa própria identidade a partir da diferença. É importante salientar que a identidade depende da diferença para existir, justamente porque a identidade “é relacional; marcada pela diferença” (WOODWARD, 2000, p. 9). Sendo assim, o Outro precisa ser o “selvagem” para que a mesmidade seja a “civilizada”. A demonização do Outro, seja na narrativa jornalística, seja nas relações

(2013). As entrevistas foram realizadas no primeiro semestre de 2012. O nome deste professor também é omitido a fim de preservar-lhe a identidade. O presente depoimento está disponível em Urquiza, 2013.

¹¹ Ambivalência como compreende Bhabha (1998): o discurso do colonialismo fala com uma linguagem que é bipartida, e não falsa (p. 129). Um discurso construído em torno de uma ambivalência que, para ser eficaz, “deve produzir continuamente seu deslizamento, seu excesso, sua diferença” (p. 130). O sujeito do discurso colonial é um sujeito ambivalente: olha em duas direções sem ter duas faces (p. 144).

¹² Para diferenciar os depoimentos das citações de autores e textos jornalísticos, utilizei o recuo de dois centímetros, espaço simples e fonte corpo 12.

cotidianas da sociedade, acaba por marcar a diferença de forma pejorativa. Afinal, se para definir o “eu” depende-se da definição do “Outro”, essa relação está atravessada necessariamente por disputas de poder – quem nomina e quem é nominado. Nas palavras de Duschatzky e Skliar (2011):

Necessitamos do outro para, em síntese, poder nomear a barbárie, a heresia, a mendicância etc. e para não sermos, nós mesmos, bárbaros, hereges e mendigos. (...) O outro diferente funciona como o depositário de todos os males, como o portador das *falhas* sociais. Este tipo de pensamento supõe que a pobreza é do pobre; a violência, do violento; o problema de aprendizagem, do aluno; a deficiência, do deficiente; a exclusão, do *excluído*” (DUSCHATZKY; SKLIAR, 2011, p. 124, grifo dos autores).

Ocorre que, no contexto atual, as identidades estão cada vez mais descentradas e múltiplas, como ressalta Hall (2003a). As identidades não são estáticas, estáveis, fixas; pelo contrário: estão desalojadas “de tempos, lugares, histórias e tradições específicas e parecem ‘flutuar livremente’” (HALL, 2003a, p. 75). Há, cada vez mais, novas elaborações e novos significados, não necessariamente desconsiderando o saber acumulado, mas imprimindo-lhe outras leituras, outras maneiras de estar no mundo.

Hall (2000) ressalta o quanto identidade e diferença são “criaturas da linguagem” (2000, p. 76). Tanto a identidade quanto a diferença não são obras da natureza e não se tratam de essência, mas, ambas “tem que ser ativamente produzidas. Elas não são criaturas do mundo natural (...) mas do mundo cultural e social. Somos nós que as fabricamos, no contexto das relações culturais e sociais” (HALL, 2000, p. 76). Sendo assim, a alteridade, para além das definições e marcas de sujeito impressas pela mesmidade, também está em constante processo de ressignificação: suas identidades não estão fixadas no tempo ou congeladas no passado. O Outro é capaz de apresentar sua visão, que passa por outras perspectivas, outras compreensões de mundo, outros saberes, ainda que tais saberes sejam comumente desconsiderados pelo pensamento ocidental moderno, como compreendem Santos e Meneses (2010).

O depoimento integral da professora kaiowá, a seguir, traz uma compreensão bastante diferente daquela que os não-indígenas entendem por saúde. A existência de outros saberes, outros conhecimentos e outras formas de compreender, por exemplo, a questão da saúde/doença, nem sempre é considerada como conhecimento válido. Quase sempre, aparecem numa situação de “desvantagem” ou são considerados

como atraso em relação ao conhecimento ocidental ou ao saber científico/acadêmico. Assim, a diferença permanece silenciada, subjugada, inexistente ou ignorada pela mesmidade:

Saúde pro meu povo envolve muita coisa. Saúde é não apenas o corpo físico, mas também o espírito. É manter os rituais, desde o casamento, quando se escolhem as pessoas, desde a gravidez. Passar por todas as fases dos rituais, as fases que a gente passa. Meu avô sempre falava que não existia Kaiowá doente, até porque não existia criança deficiente, por isso. De acordo com os mais velhos, a criança deficiente vem por algum castigo. Deus tá castigando aquela família. Por alguma coisa, por alguma razão. Então, saúde, é aquilo que envolve o corpo, a alma, o espírito, tudo. Se a gente tiver saúde, tudo isso: a alma, o corpo o espírito tem que estar sãos. Agora, se tiver uma dessas coisas... A comunidade não indígena fala muito da saúde do corpo e não compreende a doença espiritual. Muitas vezes pessoas que vão no hospital, tá com problema na cabeça, dá uma dipirona... toma aquilo, volta pra casa e não sara. Às vezes não consegue dormir, é insônia. As pessoas falam: “ah! É depressão”. Eu mesma, uma vez, com tantos problemas que eu tive, [...] acho que minha cabeça não estava no lugar, aí o médico falou pra mim: “a senhora está doente, está com depressão, tem que tomar esse calmante para dormir”. Eu falei: “eu não vou tomar, eu não tô doente. Só falta eu colocar [a cabeça no lugar]”. E muitas vezes o próprio remédio acaba fazendo mal pra gente. Por isso que eu falo que a saúde envolve muitas outras coisas: não é só o remedinho, não é só o corpo, envolve um monte de coisas (professora kaiowá, 2012).

A professora kaiowá olha a partir de sua cultura, e ao insistir que “saúde envolve muitas outras coisas e não só o remedinho, não só o corpo, envolve um monte de coisas”, demonstra que fala a partir de seu saber local, das teias que envolvem e dão sustentação às suas vivências e seus contextos, de forma que seu povo não apenas tem outras respostas para os problemas relacionados à saúde, como possui práticas de resistência às soluções ocidentais. Laraia (2009), ao lembrar que Lévi-Strauss é contrário à abordagem evolucionista, conclui sobre os pensamentos mágico, religioso e científico: “ao invés de um contínuo [em evolução] magia, religião e ciência, temos de fato sistemas simultâneos e não-sucessivos na história da humanidade” (LARAIA, 2009, p. 88).

Ousar fazer-se presente, se reinventando como indivíduo ou como grupo social faz com que o Outro permaneça na condição de subalternidade, que ele mesmo tenta superar aproximando-se cada vez mais do mesmo. Até porque,

A modernidade construiu, neste sentido, várias estratégias de regulação e de controle da alteridade que, só em princípio, podem parecer sutis variações dentro de uma mesma narrativa. Entre elas a

demonização do outro: sua transformação em sujeito *ausente*, quer dizer, a ausência das diferenças ao pensar a cultura; a delimitação e limitação de suas perturbações; sua invenção, para que dependa das traduções *oficiais*; sua permanente e perversa localização do lado externo e do lado interno dos discursos e práticas institucionais estabelecidas, vigiando permanentemente as fronteiras – isto é, a *ética* perversa da relação inclusão/exclusão –; sua oposição a totalidades de normalidade através de uma lógica binária; sua imersão e sujeição aos estereótipos; sua fabricação e sua utilização, para assegurar e garantir as identidades fixas, centradas, homogêneas, estáveis, etc (DUSCHATZKY; SKLIAR, 2011, p. 121, grifo dos autores).

Há diversas situações em que o Outro busca identificar-se com a mesmidade para ser, minimamente, aceitável. É quando o colonizado passa a incorporar o sujeito colonizador; a diferença passa a buscar os traços da identidade:

A alteridade, para poder fazer parte da diversidade cultural *bem entendida e aceitável*, deve despir-se, des-racializar-se, des-sexualizar-se, despedir-se de suas marcas de identidade; deve, em outras palavras, ser como as demais (DUSCHATZKY; SKLIAR, 2011, p. 124, grifo dos autores).

Este é o terreno da discussão proposta. Lugar onde a identidade e a diferença – profundamente dependentes uma da outra e, portanto, em relação – são sempre atravessadas pelo contexto, fronteira e processos de tradução/negociação. A cultura está atrelada a uma “teia de significados” construída pelos próprios sujeitos. Trata-se de um contexto em que “identidade e diferença não são nunca inocentes” (Hall, 2000, p. 81), mas disputam espaços de poder e de visibilidade. O fazer jornalístico – produto do Ocidente – participa destas relações de força e está todo permeado pelos elementos da cultura, embora quase sempre de forma não assumida explicitamente, onde acaba por nomear e recriar o Outro sempre a partir de sua referência epistêmica e ideológica.

CAPÍTULO 2 – Quem vem lá?

Quando o Outro “invade” a pauta jornalística

A ideia de pauta pode remeter para a noção de algo fixo, “pautado”, pronto e acabado; delimitado e determinado, como a pauta de uma reunião de trabalho ou as linhas paralelas horizontais traçadas sobre uma folha de papel e que, fixadas em definitivo, tem o objetivo de orientar por onde deve caminhar a escrita – no ocidente, da esquerda para a direita. No contexto musical, a pauta (também chamada de *pentagrama*, por conter cinco linhas, igualmente horizontais e paralelas) é a estrutura que recebe as notas musicais de uma melodia. Pauta carrega, assim, uma ideia bastante precisa e matemática. Essa concepção talvez não esteja muito distante do que pode significar a pauta no contexto jornalístico, na medida em que, por vezes, pode ser compreendida como o caminho a ser seguido e de onde se deve evitar desviar.

Enquanto instrumento de orientação, a pauta jornalística é elaborada pelo jornalista que exerce a função de editor e funciona como uma bússola, indicando o caminho, o que o repórter deve fazer, quem serão suas fontes de informação, questionamentos a serem feitos, os enfoques e angulações que a reportagem deverá ter, assuntos por onde deverá percorrer o texto jornalístico, inclusive indicação dos contatos a serem procurados. Há pautas que chegam com entrevistas agendadas – com data e horário definidos. De certa forma, o próprio posicionamento do veículo de comunicação pode estar explícita ou implicitamente presente na pauta.

Localizada no começo da produção da narrativa jornalística, seja ela televisiva, radiofônica, impressa ou *on line*, a pauta é quase sempre elaborada a partir dos fatos que estão sendo notícia na imprensa de modo geral, ou seja, assuntos que estão circulando na sociedade naquele momento. As redações recebem também diariamente sugestões de pauta, advindas de pessoas físicas, empresas e instituições públicas ou privadas, que buscam divulgar eventos, fatos, denúncias, situações de conflito ou de perturbação da ordem pública. Porém, nem tudo que chega às redações é aproveitado ou se transforma em material jornalístico final. A pauta pode, ainda, nascer de uma primeira pesquisa exploratória, cujo assunto ainda é desconhecido do grande público, e orientar uma investigação jornalística que resulte em reportagem de profundidade.

2.1 – Pauta: linhas paralelas ou tramas interconectadas?

Mas afinal, que assuntos se tornam pauta jornalística? Silva (2014) questiona, em seu artigo sobre as *Perspectivas históricas da análise da noticiabilidade*, “o que leva um acontecimento, em detrimento de outro, a receber o estatuto de notícia?” (SILVA, 2014, p. 25). Em suas reflexões, o autor destaca três conceitos: “seleção noticiosa, critérios de noticiabilidade e valores-notícia” como “concepções que desempenham papel fundamental no universo da informação periódica” (2014, p. 30). Silva ressalta a “importância da concepção de ‘desvio’ como padrão clássico da seleção noticiosa” (2014, p. 31), de forma que, “quanto maior o número de aspectos desviantes de um evento, maior será sua chance de ser selecionado como notícia” (2014, p. 36).

A ideia de “desvio” é, porém, sempre em relação a algo. Se existe desvio, é porque existe um caminho hegemônico a ser seguido. Há, na compreensão de Silva, a quebra da normalidade, “ruptura a uma ordem social anteriormente estabelecida” (2014, p. 31), portanto, culturalmente determinada. Porém, cada sistema cultural cria suas próprias “ordens”, estabelecendo o que é norma e o que é, conseqüentemente, a quebra da norma/da ordem. Cada sistema cultural possui sua própria “teia de significados” (GEERTZ, 2013): o que causa estranhamento num determinado contexto cultural pode ser considerado algo corriqueiro e dentro da “normalidade” noutro contexto.

No âmbito da cultura ocidental, aquele que é considerado o Outro nem sempre é pauta jornalística, como também nem sempre é fonte ouvida pelo jornalista. Há muitas situações em que o Outro – aquele que destoa e desvia da normalidade – permanece invisível, provavelmente quando não protagoniza ações desviantes que possam “desordenar” o andamento da lógica social vigente “deste lado da linha” (SANTOS; MENESES, 2010). Há também a invisibilidade proposital, dentro da perspectiva de Santos e Meneses (2010), em que a diferença é simplesmente considerada inexistente, uma vez que não comunga dos mesmos valores, lógicas e concepções de mundo da mesmidade. Omitir a presença do Outro ou sequer considerar sua existência acaba por caracterizar uma estratégia importante de invisibilidade e de negação do direito à diferença.

Geertz (1997, p. 124-126) ao tratar do *senso comum como um sistema cultural*, sugere que ao invés de observarmos “uma única cultura em sua totalidade”, nos concentremos em um único aspecto e propõe, nesta análise, uma comparação sobre a questão da intersexualidade que, para o autor, é um “desafio cultural”. No caso em

pauta exemplificado pelo autor, para cada sistema cultural, a intersexualidade é compreendida de maneira diversa: os estadunidenses a vêem “com um sentimento que só pode ser classificado como horror”; os navajo¹³ compreendem a intersexualidade como anormal, porém,

ao invés de provocar horror e nojo, evoca admiração e respeito. O intersexual é visto como alguém que recebeu uma bênção divina e que passa esta bênção para outras pessoas. (...) Finalmente, a tribo do Leste Africano, os pokot, tem ainda uma terceira visão da intersexualidade. Como os norte-americanos, não valorizam os intersexuais; mas, como os navajo, não se ofendem ou ficam horrorizados com sua existência. Consideram-os, de uma forma bastante casual, como meros erros. São como um pote quebrado, imagem aparentemente muito popular na África (GEERTZ, 1997, p. 125-126).

O antropólogo demonstra no exemplo concreto da intersexualidade, aquilo que afirma na mesma obra (GEERTZ, 1997, p. 122): “os homens tapam os orifícios nas barragens de suas crenças mais necessárias com o primeiro tipo de barro que encontram”. Assim, a ideia-força é a de que cada sistema cultural tem suas próprias ferramentas para analisar, avaliar e julgar a realidade. Na análise do senso comum, o autor destaca que as opiniões, conclusões e solução de problemas oriundas do senso comum “foram resgatadas diretamente da experiência e não um resultado de reflexões deliberadas sobre esta” (GEERTZ, 1997, p. 114). E como sistema cultural, o senso comum

se baseia nos mesmos argumentos em que se baseiam outros sistemas culturais semelhantes: aqueles que os possuem têm total convicção de seu valor e de sua validade. Neste caso, como em tantos outros, as coisas têm o significado que lhes queremos dar (GEERTZ, 1997, p. 116).

É a partir do viés da experiência, do cotidiano e do vivido, que a pauta jornalística pode ser problematizada para aproximar-se, ela mesma, daquilo que Geertz entende por cultura, enquanto “teia de significados”. Para pensar a angulação, que sempre começa pela pauta, mais do que linhas paralelas, fixas e delimitadas, por onde o fazer jornalístico deva ser conduzido, os estudos sobre cultura contribuem para uma concepção de pauta enquanto trama de linhas interconectadas, que se entrecruzam e se sobrepõem, dinâmicas e reinventadas em contexto cultural.

¹³ Povo indígena que habita a América do Norte. Se autointitulam *Dineh* – o Povo.

Nessa direção, o professor e rezador terena expõe como acredita que a narrativa da imprensa poderia contribuir para um relato mais humanizado do Outro:

Penso que o que faz a diferença é a abordagem. Depende da abordagem da reportagem. Da forma como a reportagem sai, ela apresenta um cunho de preconceito. Mas se estes mesmos textos fossem desenvolvidos de uma outra forma, com um outro olhar, acho que a gente conseguiria fazer uma ponte entre essas duas situações [entre as realidades indígena e não indígena]. Eu percebo que os jornais do interior trazem uma situação diferente dos jornais da Capital e dos telejornais. O contexto é outro. A própria matéria, além de escrever mais e detalhar mais, descreve mais as situações. Enquanto nos jornais da Capital você não vê muito isso. Nos jornais do interior entram mais em detalhes (professor e rezador terena, 2012).

Para o terena, essa aproximação do jornalista com a realidade a ser reportada faz a diferença na narrativa. Quando evidencia uma maior proximidade do contexto por parte dos “jornais do interior” do Estado – ao contrário dos “jornais da Capital e dos telejornais”, que no seu entendimento não descrevem tanto as situações – acaba por resvalar na questão do “encontro” com as comunidades indígenas que estão, majoritariamente, no interior do Estado. Mas será preciso deslocar-se? Por onde passa o movimento gerador do encontro? Placer (2011), ao tratar do Outro como “uma ausência permanentemente presente” (PLACER, 2011, p. 79), leva-nos a pensar nas ações necessárias à mesmidade para alcançar o Outro. E provoca dizendo que para “responder ao Outro; (...) para sentir o Outro; (...) poder receber o Outro (...) e para encontrar o Outro” (PLACER, 2011, p. 89) temos que nos despir de nós mesmos:

Talvez seja necessário repensar-se e desentender-se de si mesmo. (...) contribuir a desgastar este nosso mundo, permitindo que se abram lugares de silêncios inesgotáveis e de palavras (...) reveladoras. Talvez (...) seja necessário querer (...) semear e cultivar em um lugar comum, uma terra e um mundo de ninguém, sem apropriações e sem limites. (...) Talvez (...) se tenha de descarrilhar deste tempo do possível e do previsível, destes tempos dominados pelos projetos e pelos cálculos, para deixar-se compassar e embalar em um tempo de ida e volta, um tempo elástico que recusa ser medido e contabilizado (PLACER, 2011, p. 89).

É provável que a mudança necessária à visualização da pauta como tramas interconectadas – que atravessam contextos culturais diferentes e, portanto, não indicam caminho, mas, descarrilham-se dos trilhos fixos e estanques – passe por uma transformação do olhar e do pensar, do modo como compreendemos e enxergamos, o

que refletirá no modo como sentimos. Na compreensão de Larrosa e Skliar (2011), na atualidade “não construímos grandes relatos de emancipação, mas pequenos relatos de convivência”. E não há convivência fora do chão da realidade cotidiana. “Viver com”, conviver, significa viver perto, próximo... É nas relações-micro que acontecem os trânsitos possíveis entre culturas, entre seres vivos, entre a mesmidade e a outridade. “É em forma de tramas que articulamos os acontecimentos de nossa vida, fazendo deles sequências significativas” (LÓPEZ, 2011, p. 189). É também na tessitura dos pequenos relatos que acontecem os desvios e que as palavras já não são tão precisas, mas estão sob rasura¹⁴:

Agora as palavras ambíguas, cada uma delas com sua parte de verdade e sua parte de manipulação, são democracia, comunidade, coesão, diálogo, (...) diversidade, tolerância, pluralidade, inclusão, reconhecimento, respeito. (...) São palavras cada vez mais vazias e esvaziadas que significam, ao mesmo tempo, tudo e nada: marcas, clichês, etiquetas de consumo, mercadorias que se avaliam bem no mercado com a alta da boa consciência: palavras que mascaram a obsessiva afirmação das leis e da excessiva ignorância dos sentidos; palavras que permitem ocultar-nos atrás de nós mesmos e, ao mesmo tempo, representar uma mímica da alteridade que nos livra da presença inquietante de tudo aquilo que deve ter um nome e um lugar para ser incluído, excluído, comunicado e, de novo, ignorado; palavras para ensurdecer os ouvidos e nos tornar insensíveis às diferenças, para continuarmos sendo nós mesmos, com a mesma roupagem, a mesma arrogância, a mesma violência, o mesmo medo de nos abandonarmos, de nos sentirmos, de nos percebermos ou de sermos outro/s e em trânsito (LARROSA; SKLIAR, 2011, p. 11).

Compreendendo a cultura enquanto trama de significados, a pauta – gênese da narrativa jornalística – contribuirá mais para a densidade da narrativa na medida em que refletir menos certezas e mais dúvidas, menos impermeabilidade e mais porosidade, menos perguntas e mais escuta; tornando-se mais, na perspectiva de Bhabha (1998), lugar de hibridismo e espaço de tradução/negociação. López (2011), ao tratar sobre ser ou não ser um Triqui¹⁵, afirma que “a vida dos Triquis é tão mutante como a de todos os grupos humanos e que boa parte dela se fixa, temporalmente, na trama de suas tecelagens, quer dizer, em suas narrativas” (LÓPEZ, 2011, p. 194).

¹⁴ Hall (2000, p. 104) afirma que alguns conceitos estão “sob rasura”: “o sinal de ‘rasura’ (X) indica que eles não servem mais – não são mais ‘bons para pensar’ – em sua forma original, não-reconstruída. Mas uma vez que eles não foram dialeticamente superados e que não existem outros conceitos, inteiramente diferentes, que possam substituí-los, não existe nada a fazer senão continuar a pensar com eles – embora agora em suas formas destotalizadas e desconstruídas, não se trabalhando mais no paradigma no qual eles foram originalmente gerados”.

¹⁵ Etnia indígena mexicana, originária do estado de Oaxaca, no México.

Entretanto, no contexto da cultura ocidental, dentro da lógica do colonizador, há pouco espaço para o que não seja objetivo, científico, comprovável, moderno, especializado. Na perspectiva de Silva (2014) de que, quanto mais “desviante”, maiores as chances de se tornar notícia, a diferença tornar-se-á pauta jornalística quanto mais “ameaçar” a normalidade. Em outras palavras: quanto mais o Outro ousar apresentar/viver/propor sua lógica e enxergar o mundo a partir de seu sistema cultural, mais se distanciará do que é considerado “normal” e “correto” pelo pensamento ocidental moderno, mais ferirá a identidade/a mesmidade, causando graves desvios à ordem estabelecida.

Assim, sempre a partir da ideia de “desvio”, ocorrem narrativas jornalísticas onde o Outro é pauta, onde a diferença aparece e até situações onde o Outro é ouvido como fonte – paradoxo interessante, pois, na medida em que é *desviante* é que o Outro se torna pauta; porém, quase sempre como motivo ou parâmetro para reforçar a normalidade, a mesmidade. Enquanto espaço de fronteira, a narrativa jornalística acaba por reforçar conflitos entre identidade e diferença. Exemplo disso são as disputas entre indígenas e ruralistas quando a pauta é a questão da luta pela terra: um processo permanente de negociações que compõe um ambivalente jogo de poder.

2.2 – Quem fala? O que fala? Fontes legítimas, visibilidade e silenciamentos

Muitos Outros têm ocupado um lugar e uma postura de resistência no País. Dado o contexto sul-mato-grossense onde o presente estudo se desenvolve, os recortes selecionados para pensar o lugar do Outro na narrativa jornalística concentraram-se sobre o Outro-indígena. Essa opção não pretende excluir outros “Outros” desse estudo, como mulheres, ciganos, populações ribeirinhas, LGBTs ou negros, entre tantos outros. A intenção é tão somente refletir, a partir do *particular* no contexto sul-mato-grossense para situações mais amplas. Importante reiterar que não se trata de desconstruir autores ou veículos de comunicação, mas de se apropriar destes recortes como exemplos de adensamento do pensamento abissal desenvolvido por Santos e Meneses (2010), como já exposto no capítulo 1 deste trabalho. A opção pelo Outro-indígena dá-se também pela situação de fronteira cultural em que esses povos encontram-se do modelo ocidental, o que acaba por friccionar situações de tensão, seja no Estado de Mato Grosso do Sul, seja no cenário nacional, atravessando questões econômicas, políticas, educacionais,

culturais, sociais, ambientais, entre outros. Metodologicamente, o Outro-indígena acaba por contribuir para a riqueza da discussão que aqui propomos.

Assim, em Mato Grosso do Sul, o abismo existente entre o modelo de desenvolvimento ocidental e as diferentes concepções de mundo dos povos tradicionais que vivem nesta região tem estado cada vez mais evidente nos últimos anos, sobretudo por conta dos processos de ocupação e retomada de territórios, demarcações de terras, laudos e perícias antropológicas solicitadas pela Justiça e até o ressurgimento de grupos tidos como extintos¹⁶.

Esses acontecimentos frequentemente ocupam os noticiários locais, até mesmo com repercussão nacional, como consequência principalmente das ações e iniciativas de movimentos indígenas, indigenistas e organizações não-governamentais que apoiam a causa indígena e que procuram, entre outros meios, as redes sociais para veicular situações de violência, descaso e abusos do poder econômico e do poder político. As narrativas jornalísticas a seguir contribuem para enriquecer a discussão proposta neste trabalho.

Na reportagem de Filipe Prado e Zana Zaidan, veiculada pelo site de notícias Campo Grande News em 26 de outubro de 2013, o próprio título fortalece a concepção de que índio é mesmo um “problema”, um “paradoxo” para a sociedade: “Índios invadem mais 12 fazendas e criam novo foco de tensão no Estado”. A construção da chamada, as palavras escolhidas não deixam dúvida, afinal, de que são eles – os indígenas – os responsáveis pelo clima de tensão que vive o Estado de Mato Grosso do Sul. Na raiz da palavra “invadem” / invasão, estão ideias como “ataque”, “assalto”, “tomada agressiva / à força”. Não há qualquer sinônimo positivo ou construtivo vinculado a esta palavra. Da mesma forma, a ideia de “tensão” remete para “crise”, “conflito”, “intensidade”. Pois bem: se invadem mais 12 fazendas, a consequência será a criação de um novo foco de tensão. O título da reportagem conseguiu, numa só frase, responsabilizar os indígenas por todo um passado de crises, tensões, ataques, assaltos, violências na disputa pela terra em Mato Grosso do Sul. Se são mais 12 fazendas, quantas já teriam sido invadidas? Se se trata da criação de um

¹⁶ Em Mato Grosso do Sul, por mais de 30 anos, os Ofaié foram dados como extintos. Hoje são cerca de 80 indivíduos que vivem no município de Brasilândia, numa pequena área (DUTRA, 2011). No caso do Nordeste, vários povos “ressurgiram”, a partir da mudança de contexto favorável aos povos indígenas, principalmente após a promulgação da Constituição de 1988.

novo foco de tensão, quantos outros focos já teriam sido criados, pelos mesmos protagonistas e pela mesma questão em disputa?

Após ocupar duas propriedades rurais na sexta-feira (25), índios invadiram, na noite de ontem para hoje, *mais 12 áreas em Japorã. Produtores rurais querem retirar o gado* das áreas ocupadas e um novo foco de tensão foi criado em Mato Grosso do Sul.

Os indígenas da etnia Guarani-Kaiowa reivindicam há 10 anos a demarcação da área de 9,460 mil hectares, que fica próximo ao Rio Iguatemi, em Japorã. *A invasão das propriedades começou há bastante tempo* e até já houve conflito entre produtores e indígenas há 10 anos.

Segundo o *presidente do Sindicato Rural de Iguatemi*, Hilário Parise, os produtores rurais querem a reintegração de posse das propriedades, mas eles *tinham um acordo com a Funai*, dizendo que *não podiam invadir*. “Eles querem que o Governo indenize e entregue as propriedades para eles. Mas nós tínhamos um acordo, do Governo com a Funai, assinado há cerca de seis meses, dizendo que não poderiam invadir e *eles descumpriram isso*”, reclamou.

Ele também comenta que *muitos* proprietários tiveram que sair das fazendas, por conta das invasões. “Muitos fazendeiros saíram da fazenda, somente três fazendeiros continuam nas suas propriedades”.

Luiz Carlos Tormena é *proprietário de uma das fazendas invadidas*, e ele teve que *sair as pressas* dela. “Eles chegaram *empunhando flechas e disseram que tínhamos 20 minutos para sair*, peguei o carro e vim embora. Mas eu ainda consegui autorização para voltar e cuidar do gado”, explica.

O *presidente do sindicato* relata que as invasões estão *trazendo prejuízos para os produtores rurais e também para a cidade*. “*Está tudo desvalorizado. Não há compra e venda de propriedades, as pessoas não investem em agricultura, e até as empresas não querem investir na cidade*”, disse.

Segundo Hilário, os *índios não estão à procura somente de terra, eles querem outras coisas*, porém as autoridades insistem em somente dar propriedades. “A Funai já tem projetos para demarcar várias cidades de Mato Grosso do Sul, mas não é só terra que os indígenas querem, eles querem outras coisas. Eles não veem isso”.

A *Polícia Federal de Naviraí* foi até as propriedades para evitar qualquer tipo de violência que venha a ocorrer. Eles irão permanecer ali por cerca de 10 dias (PRADO; ZAIDAN, 2013, grifo nosso).

O texto constrói a certeza de que o indígena é alguém que incomoda, desorganiza, desestabiliza, causa problemas ao que já está posto, consolidado e considerado como normal pela sociedade. É o Outro desviante. Além disso, o índio descumpra acordos, não tem palavra, não é confiável. Ora, é consenso na sociedade ocidental o valor jurídico do respeito aos contratos e acordos firmados. No entendimento de Santos e Meneses (2010), o direito moderno também é estruturante do pensamento abissal:

(...) este lado da linha é determinado por aquilo que conta como legal ou ilegal de acordo com o direito oficial do Estado ou com o direito internacional. O legal e o ilegal são as duas únicas formas relevantes de existência perante a lei, e, por esta razão a distinção entre ambos é uma distinção universal (SANTOS; MENESES, 2010, p. 34).

Sob esta perspectiva, não cabem, por exemplo, direitos que não sejam reconhecidos oficialmente pelo Estado, ou outras lógicas que simplesmente não se enquadram no padrão de legalidade/ilegalidade. A narrativa também leva à compreensão de que o conflito provocado pelos indígenas causa prejuízos econômicos à população, aos agricultores, à cidade como um todo. “Não há compra e venda de propriedades. As pessoas não investem em agricultura”. Comprar e vender são as bases da relação capitalista de produção; é da relação de compra e venda que se obtém lucro. Ressalte-se ainda que a ideia de investimento é diferente de gasto, que leva a prejuízos. Em resumo, sob o olhar do pensamento moderno ocidental: terra para agricultura é investimento e como tal deve ser resguardada pelo direito à propriedade. Terra para índio é gasto, dinheiro mal empregado, paralisa financeira devendo, então, ser contida em sua expansão, quando não apropriada para uso do capital.

Na narrativa em questão, quem fala? E o que fala aquele que fala? Merecem destaque as vozes que compõem o conjunto da narrativa e que, portanto, endossam e dão sustentação à “verdade” construída pelo texto jornalístico. Tem voz no texto: o presidente do Sindicato Rural de Iguatemi, Hilário Parise, e o proprietário de uma das fazendas “invadidas”, Luiz Carlos Tormena. Além disso, é citada a Polícia Federal de Naviraí como instituição que garantirá a ordem e a paz no local. Apesar da breve contextualização de que a situação de conflito no local permanece há dez anos, o sentido desta informação no texto induz à compreensão de que “a invasão começou há bastante tempo”, assim como o detalhamento do tamanho da área - 9,460 mil hectares – que, para a população em geral, pode significar “muita terra pra pouco índio”, como se costuma dizer no Brasil. Toda a construção textual endossa a certeza de que o Estado e a sociedade sul-mato-grossense vivem há muito tempo essa situação de instabilidade e tensão, provocada pelos índios – pessoas não confiáveis, que inclusive “não querem só terra, querem outras coisas” – e que atravancam o desenvolvimento econômico regional. Não há uma só liderança indígena com voz no texto, nem qualquer organização indigenista que pudesse contribuir para ampliar a compreensão dos leitores. Toda a explicação é construída a partir dos especialistas ou fontes oficiais. Soley (1992), em seu texto “Shaping the news” (“Moldando/modelando a notícia”), tece uma reflexão

nessa direção, acerca do papel que desempenham as fontes oficiais ou especialistas normalmente ouvidos pelos jornalistas. Em seu estudo, no contexto da imprensa norte-americana, Soley afirma que “aproximadamente 90 indivíduos dominam o discurso político sobre os eventos nacionais e internacionais” (SOLEY, 1992, p. 6; tradução nossa). Ou seja, muitas vezes o mesmo grupo de especialistas ou de fontes oficiais se reveza na análise e comentários acerca dos temas pautados pela imprensa como se fossem isentos de qualquer interesse ou filiação ideológica.

O espaço dado às fontes oficiais e aos especialistas, ainda que o assunto em pauta considere nominar o Outro e sua realidade, confirmam o olhar colonizador na construção da narrativa jornalística. Fontes oficiais são pessoas legitimadas pela própria estrutura do direito, no Estado moderno; enquanto especialistas representam o saber científico, o rigor acadêmico, do conhecimento. Assim, como ponderam Santos e Meneses (2010), não há como dar a palavra ou mesmo legitimar o pensamento de um não-conhecimento, uma vez que

O outro lado da linha compreende uma vasta gama de experiências desperdiçadas, tornadas invisíveis, tal como os seus autores, e sem uma localização territorial fixa (SANTOS; MENESES, 2010, p. 34).

É interessante perceber, por outro lado, que nem sempre dar voz a várias pessoas simples ou anônimas significa necessariamente construir uma narrativa que não reforce a visão hegemônica ou oficial do fato. Leal e Carvalho (2015) fazem uma interessante reflexão neste sentido,

o que distingue a produção da notícia da sua construção narrativa. [...] Não é exatamente porque há um conjunto de pessoas comuns apresentadas como protagonistas das notícias que elas não espelham uma visão fortemente oficial sobre o acontecimento narrado (LEAL; CARVALHO, 2015, p. 614)

Para os autores, a questão de quem fala na reportagem e o que fala é bastante complexa, uma vez que há permanentes tensionamentos e disputas de poder pela visibilidade. Múltiplos fatores, que passam também pela angulação do jornalista, vão determinar a construção desta narrativa. Para Leal e Carvalho (2015), a “fonte” não é assim tão “pura” como metaforicamente nos leva a crer. Com base nas reflexões de Érik Neveu (2006), é possível problematizar um pouco mais a metáfora da fonte: uma ideia que leva o imaginário àquela água cristalina e transparente que jorra abundantemente, despretensiosamente e pode ser colhida com gratuidade e sem

“interesses” ou “trocas”. A fonte natural e límpida apenas está lá, à disposição do coletor. Ou, em outras palavras, a informação está na fonte (pura), à disposição do jornalista.

O próprio Érik Neveu (2006), em *Sociologia do Jornalismo*, ao tratar do “jornalista e suas fontes”, detalha essa questão:

A metáfora da fonte de informação é cheia de mal-entendidos. Ir à fonte sugere um comportamento ativo para se abastecer de um produto (água ou informação) naturalmente disponível. Esse jogo de conotações combina com as imagens do jornalista curioso e investigador. Ele induz a erro, não porque o jornalista seja desprovido de espírito de iniciativa e habilidades para acessar a informação escondida, mas porque as fontes são hoje fundamentalmente ativas. Se uma metáfora aquática pode fazer sentido, é a de jornalistas submersos num dilúvio de informações oferecidas pelas fontes (NEVEU, 2006, p. 94-95).

Nessa toada, Leal e Carvalho (2015) vão ressaltar o papel da fonte como “agente social relevante”. Ambos os autores consideram a ideia de fonte uma metáfora morta, insistindo que, assim como outros personagens, a fonte é um agente que atua no processo jornalístico. Por isso propõem que a expressão “agente” é “possivelmente mais pertinente para os processos jornalísticos atuais” (LEAL; CARVALHO, 2015, p. 608). Na mesma direção, na Antropologia, é superado o conceito de “informante” que foi substituído pela expressão “interlocutor” ou “sujeito da pesquisa”. Em termos mais amplos também não se “coleta dados” no campo da pesquisa social, mas as informações são produzidas e interpretadas no contexto da pesquisa. Essa relativização do sujeito/fonte contribui para percebermos que, problematizar “quem fala” e “o que fala” no texto jornalístico não significa demarcar territórios entre “santos” e “demônios”. Mas, ainda que se considere o peso das instituições jornalísticas e os vínculos econômicos e políticos existentes, sujeitos interlocutores ouvidos como fontes/agentes, seja quem forem, carregam suas próprias ambivalências e deslizes, nas microrrelações de poder e interesses que perpassam inclusive as próprias narrativas.

No mesmo contexto da matéria jornalística citada acima, um dia depois da reportagem de Filipe Prado e Zana Zaidan, em 27 de outubro de 2013, mais duas matérias foram publicadas no site do Campo Grande News: “Índios invadem mais 2 fazendas em Japorã e ateiam fogo em uma delas”, assinada por Bruno Chaves, pela manhã e, “Índios invadem mais uma fazenda; já são 14 e PF vai ao local para negociar”, de Graziela Rezende, publicada na tarde do mesmo dia. Para quem acompanha

diariamente o site noticioso, é possível concluir que aqueles mesmos índios que invadiram mais 12 fazendas e criaram novo foco de tensão no Estado em 26 de outubro de 2013, no dia seguinte, invadiram mais três fazendas na mesma região, atearam fogo numa delas e a Polícia Federal foi acionada para tentar negociar.

O cenário construído pela narrativa não expõe a complexidade da questão, mas leva a um pensamento dicotômico, como um conflito de guerra, onde interesses antagônicos estão em jogo. Constitui-se um contexto de luta entre o “bem” e o “mal”, entre “mocinhos” e “bandidos”; entre os que defendem a ordem, a estabilidade econômica, a paz e o direito e aqueles que desestabilizam, causam insegurança, são violentos e imprevisíveis, ameaçadores, capazes de todo tipo de agressão. Representações da realidade que não contribuem para a compreensão da realidade, que é complexa e ambivalente. Medina (2003) acredita que “o pensamento complexo lida com a inter e multicausalidade das coisas. Os maniqueísmos denotam uma visão deformada que dicotomiza os seres em constante contradição, em movimento, esféricos e não planos” (MEDINA, 2003, p. 135-136). A sequência de reportagens publicadas no site Campo Grande News acaba por desconsiderar a dinâmica das identidades que são fluidas, e que “adquirem sentido por meio da linguagem e dos sistemas simbólicos pelos quais elas são representadas” (WOODWARD, 2000, p. 8), como a linguagem da própria narrativa jornalística. Seguem os textos de ambas as reportagens, de Bruno Chaves e de Graziela Rezende, respectivamente:

Mais duas fazendas da região de Japorã – a 487 quilômetros de Campo Grande – foram invadidas pelos índios da etnia Guarani-Kaiowá entre a noite de ontem (26) e a manhã deste domingo (27). Em uma das propriedades, a família fugiu as pressas da sede e acabou se perdendo no matagal. Na outra, os indígenas atearam fogo na casa e destruíram móveis e objetos.

Segundo o presidente do Sindicato Rural de Iguatemi, Hilário Parisi, o clima em toda a região está tenso. “É uma indignação tremenda. Sensação de impunidade. Eles entraram nas fazendas e não deixam os produtores nem retirar o gado e nem entrar no pasto para tratar dos animais. Todos estão saindo fugidos”, contou.

Hilário contou que o grupo indígena invadiu a Fazenda Pedra Branca por volta das 22h de ontem. “Na fuga, a família entrou no mato e se dispersou. Foi necessário ajuda da polícia para encontrá-los”. Já neste domingo, por volta das 9h30, foi a vez da Fazenda São José sofrer com os atentados indígenas, já que a sede foi incendiada.

“Eles invadiram a fazenda e bateram em duas crianças, filhas de um funcionário. Colocaram fogo na casa principal e destruíram tudo. O grupo ainda está armado com espingardas”, denuncia Itamar Vargo, proprietário da Fazenda São José.

O produtor ainda relatou que *não teve a oportunidade de retirar o gado da área*. Ele contou que chegou a carregar quatro caminhões com os animais, mas o comboio não conseguiu sair da área a tempo. “Ainda ficaram 600 cabeças no pasto, que precisam ser carregadas”.

Com as invasões das últimas horas, o número de propriedades ocupadas pelos Guaranis-Kaiowá chega a 14, *conforme Hilário. Apenas a Fazenda São Jorge resiste a ocupação*, pois um pequeno grupo de policiais federais permanece no local.

“O contingente da polícia é pequeno. Estamos em contato com a secretária Tereza Cristina [Seprotur - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário, da Produção, da Indústria, do Comércio e do Turismo] para que mais policiais federais de outras partes do Estado venham para cá. Ela está nos ajudando nessa intermediação”, diz.

Indígenas – Os indígenas da etnia Guarani-Kaiowa reivindicam há 10 anos a demarcação da área de 9,460 mil hectares, que fica próxima ao Rio Iguatemi, em Japorã. A Aldeia Porto Lindo, que fica ao lado da região das fazendas, possui cerca de cinco mil indígenas.

A invasão das propriedades começou há bastante tempo e até já houve conflito entre produtores e indígenas há 10 anos.

Ontem, a Polícia Federal de Naviraí foi até as propriedades para evitar que qualquer tipo de violência. Os agentes irão permanecer na região por cerca de 10 dias (CHAVES, 2013, grifo nosso).

* * *

Os índios da etnia Guarani-Kaiowá invadiram uma nova fazenda em Japorã, a 487 quilômetros de Campo Grande. *E nem mesmo com mandado judicial em mãos da Polícia Federal, segundo o presidente do Sindicato Rural de Iguatemi, Hilário Parisi, os indígenas não aceitam qualquer movimentação*. Nesta tarde (27), eles voltam ao local para uma nova negociação.

“Eles já estão na Fazenda São José, São Jorge, *onde cercaram a casa desde ontem a noite*, além da Fazenda Remanso e a Chaparral neste domingo (27). *São mais de 350 índios e apenas em uma delas o dono resiste no local*. Para esta tarde está programada uma nova negociação, inclusive com a presença da Polícia Federal”, explica o presidente Parisi.

Na última propriedade rural, o gado ficou preso no piquete e parte dos animais foi retirado pelos fundos da fazenda. “*Eles estão agindo de maneira muito violenta, com posse de armas e agressões verbais aos donos e seus funcionários*. Uma das proprietárias foi achada escondida no mato após a fuga e crianças de seis e sete anos foram agredidas”, explica o presidente.

Indígenas – Os indígenas da etnia Guarani-Kaiowa reivindicam há 10 anos a demarcação da área de 9,460 mil hectares, que fica próxima ao Rio Iguatemi, em Japorã. A Aldeia Porto Lindo, que fica ao lado da região das fazendas, possui cerca de cinco mil indígenas.

A invasão das propriedades começou há bastante tempo e até já houve conflito entre produtores e indígenas há 10 anos.

Ontem, a Polícia Federal de Naviraí foi até as propriedades para evitar que qualquer tipo de violência. Os agentes irão permanecer na região por cerca de 10 dias (REZENDE, 2013, grifo nosso).

Ao tratar do conflito que ocorria naquele momento na região de Japorã (MS), as reportagens fortalecem a compreensão de que os indígenas são violentos e aterrorizam os produtores rurais. Na reportagem de Bruno Chaves, os indígenas invadiram, amedrontaram uma família que fugiu pelo mato; provocaram atentados, atearam fogo na sede, bateram em duas crianças, destruíram tudo e estão armados com espingardas. É possível deduzir que o produtor rural nem teve tempo de retirar todo o gado da área. Mais uma vez, o quadro aterrorizante foi construído com o relato do presidente do Sindicato Rural de Iguatemi e do produtor rural, proprietário da Fazenda São José.

Já na reportagem de Graziela Rezende, “Índios invadem mais uma fazenda; já são 14 e PF vai ao local para negociar” apenas o presidente do Sindicato Rural é ouvido. São repetidas as denúncias de ação violenta por parte dos indígenas; o quadro de desespero dos produtores rurais e suas famílias e que, “nem mesmo com mandado judicial em mãos da Polícia Federal [...] os indígenas não aceitam qualquer movimentação”. Fortalece-se a ideia de que são, portanto, irredutíveis, desrespeitam a lei e resistem às negociações. Ambas as reportagens retomam o que acreditam ser o “histórico” do conflito, no bloco “Indígenas”, texto que se repete.

Na mesma direção da lógica ocidental moderna, o lugar ocupado pelo Outro na narrativa jornalística acaba coincidindo com o lugar do “fora-da-lei”, do excêntrico, do ignorante ou atrasado; do violento, irredutível e suspeito. O que então a práxis jornalística nos permite pensar em termos de cultura?

Silva (2000, p. 82) considera que “a afirmação da identidade e a marcação da diferença implica, sempre, as operações de incluir e de excluir. (...) Dizer ‘o que somos’ significa também dizer ‘o que não somos’”. Assim, impregnar o Outro de alguns adjetivos que o estereotipam e o definem garante à mesmidade ocupar a posição contrária, uma vez que a afirmação da identidade significa a demarcação necessária de fronteiras, definindo o que ficará dentro e o que ficará fora (SILVA, 2000, p. 82). Silva também compreende que a linguagem é “caracterizada pela indeterminação e pela instabilidade” (2000, p. 80) e, nesta direção, a narrativa jornalística também vacila.

O professor terena, também rezador, questiona esse lugar ocupado pelo Outro na sociedade, onde não há espaço para que se manifeste na sua condição de diferente, sem ser enquadrado como sujeito desviante:

Me recordo agora de uma questão, da saúde, de os “xamãs” irem aos hospitais. A mídia mostrou muito isso. E alguns discursos trataram a gente como se isso não fosse nada... Eu sempre faço essa discussão quando estou em Aquidauana. Porque o pastor ou o padre podem ir [aos hospitais]? Mas as nossas rezas, as nossas crenças não têm importância? Eu mesmo já fui barrado em hospital por causa disso (professor e rezador terena, 2012).

Assim, o depoimento tenciona o lugar ocupado pelo Outro. Xamãs não podem entrar nos hospitais enquanto padres e pastores podem. Seria porque o Xamã é tomado como um pretense equivalente do médico e não do religioso? Seu conhecimento é negado já pela recusa em adentrar um local onde a doença (e não a saúde) é objeto da ciência? Ou é negado porque, mesmo que de iniciativa religiosa, trata-se de “coisa de índio”, portanto “atrasada”?

Sua compreensão desmonta a lógica de que apenas algumas crenças são legítimas e válidas, ou que, no caso em questão, a cura é possível somente se respaldada pela ciência e pela medicina ocidentais. As comunidades indígenas também geram conhecimentos há milhares de anos, e buscam atravessar as barreiras físicas e simbólicas que se erguem diante delas, quando o que está em jogo é o direito de cuidar, de tratar de seus doentes. São sujeitos que ocupam os entre-lugares (BHABHA, 1998), os espaços fronteiros entre culturas e, nesta condição, estão cotidianamente se reelaborando enquanto identidade descentrada, múltipla e também forjada a partir de seus interesses, pelos quais lutam e resistem. São realidades, porém, nem sempre consideradas na construção das narrativas jornalísticas. A escolha das fontes/agentes que serão ouvidas para legitimar a mesmidade e, ao mesmo tempo, deslegitimar a diferença é uma das estratégias para garantir uma narrativa que seja “coerente” e que faça sentido para o pensamento ocidental.

Assim, ao narrar a realidade, o discurso jornalístico pode contribuir para consolidar “verdades”, conceitos, estereótipos, numa construção textual que privilegia quase sempre o fato e despreza o contexto, desconsidera outros saberes, desvaloriza o caminho percorrido até o acontecimento narrado. Nas palavras de Ijuim (2014), trata-se de “uma postura que privilegia o fato em detrimento da circunstância, valoriza as consequências e menos as causas, o espetáculo e menos as dores e os sofrimentos humanos” (IJUIM, 2014, p. 13). São escolhas que distanciam o texto jornalístico das vivências humanas, “desumaniza as reportagens e (...) desqualifica grupos sociais” (IJUIM, 2014, p. 13).

A reportagem publicada pela Revista Veja, de 12 de junho de 2013, com o título “Abandonados, usados e, agora, furiosos”, assinada por Carolina Rangel, com participação de André Eler e Fabrício Label, páginas 80 e 81, começa evidenciando números e estabelecendo comparações: “O número de áreas indígenas no país cresceu seis vezes nas últimas três décadas: hoje abrange 13% do território nacional, quase o dobro do espaço destinado à agricultura, de 7%”. Para além do foco na objetividade dos números como se fossem inquestionáveis, a comparação se dá entre as áreas ocupadas por “silvícolas brasileiros” que vivem na “mais absoluta miséria” e as áreas de agricultura, ou seja, ocupadas pelos produtores rurais. A reportagem vitimiza tanto os indígenas quanto os produtores rurais, responsabilizando o Governo Federal e, mais especificamente a Funai, pela situação de abandono, miséria e conflito no campo.

(...) Atualmente, a Funai comanda praticamente sozinha todo o processo de demarcação. Só ao final os casos são enviados ao Ministério da Justiça, que nos últimos trinta anos nunca rejeitou um único pedido do órgão – nem mesmo os absurdos. Um exemplo que se encaixa nessa categoria é o reconhecimento da reserva indígena de Mato Preto, no Rio Grande do Sul. Em 2003, índios guaranis que viviam na reserva Cacique Doble, em Santa Catarina, resolveram abandonar o lugar e se mudar para Mato Preto, numa terra que passaram a reivindicar. Em 2005, a antropóloga Flávia Cristina de Melo elaborou um laudo apoiando a reivindicação. E por que os guaranis exigiram uma nova reserva? Embora tenha omitido a resposta em seu lado, a antropóloga a relatou na tese de doutorado que escreveu sobre a tribo. Os guaranis, disse ela, decidiram morar em outra terra em função de uma “visão” que tiveram depois de um ritual regado a aguarasca, uma erva alucinógena (...) (RANGEL, 2013, p. 80-81).

Assim, a narrativa jornalística segue fortalecendo a ideia de que “despautérios” como esse precisam ser evitados para garantir o direito de famílias de pequenos agricultores, “tão pobres quanto os índios”, e do agronegócio, “outra vítima do tratamento desigual que o governo vem dando à questão”. Tal vitimização é justificada pelos dados da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA que “estima que cada hectare perdido para terras indígenas representa um prejuízo de 500.000 reais para o agronegócio, a maior fonte de divisas do Brasil”. Mas os números não param por aí: “a previsão é que as 300 famílias de agricultores que lá vivem [em Mato Preto] seja retiradas até o fim do semestre para assentar os 43 indígenas. Por lei, os agricultores não tem direito a um centavo pelas terras perdidas (...)”.

O antropólogo Edward Luz¹⁷ foi uma das duas fontes/agentes ouvidas pelos jornalistas e sua fala na reportagem informa que o “único departamento da Funai que funciona é o responsável por novas demarcações, todos os outros estão esquecidos ou enfraquecidos”. Além dele, o depoimento do chefe do posto da Funai do município de Sidrolândia – MS, Jorge das Neves foi utilizado para embasar a informação de que o Conselho Indigenista Missionário – CIMI teria convocado os índios a pressionar o governo a recuar da decisão de que a demarcação de terras indígenas sairia da alçada da Funai, passando a ser analisada também por outros órgãos, como o Ministério do Desenvolvimento Agrário, o Ministério das Cidades e o da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, além da Embrapa. Para isso, diz a reportagem, o CIMI disseminou “o falso boato de que a Funai seria fechada e as demarcações, paralisadas”. E então vem a fala de Jorge das Neves: “Os índios ficaram com medo e preocupados. Por isso, assumiram uma atitude mais radical”. Na semana anterior um índio havia sido morto em confronto, durante a desocupação de propriedade rural ocupada na região de Sidrolândia.

Se a fonte é sujeito ativo do processo de construção da narrativa jornalística, como consideram Leal e Carvalho (2015) e Neveu (2006), o que levou os dois primeiros autores a sugerir a substituição do termo “fonte” - metáfora morta – por “agentes”, é possível compreender porque não falam nesta reportagem da Revista Veja a antropóloga Flávia Cristina de Melo, autora do laudo antropológico citado na reportagem, e muito menos o povo Guarani, primeiro interessado no processo de reconhecimento de seu território. É provável que suas palavras não caibam na lógica construída pela narrativa. O autor Robert Darnton (1990) faz uma interessante reflexão nesse sentido. Diante do grafite “toda notícia que couber, a gente publica”, escrito nas paredes da sala de imprensa, na delegacia de Manhattan, o autor concluiu:

O grafiteiro queria dizer que os artigos só são publicados no jornal se tiver espaço, mas ele também poderia estar expressando uma verdade mais profunda: as matérias jornalísticas precisam caber em concepções culturais prévias relacionadas com a notícia (DARNTON, 1990, p. 96).

Pois bem: se o Outro não cabe nas concepções culturais presentes na narrativa jornalística, ele poderá até ter algum espaço, mas provavelmente seu depoimento fortalecerá a visão hegemônica.

¹⁷ Conforme Oliveira, Mura e Silva (2015, p. 14) “Edward Luz foi expulso da ABA e se tornou um exemplo das distorções do método antropológico em prol de interesses particulares”.

Em outra narrativa mais recente, a jornalista Fabélia Oliveira, apresentadora do programa “Sucesso no Campo”, veiculado pela TV Record no Estado de Goiás teceu críticas ao samba-enredo de 2017 da Escola de Samba carioca Imperatriz Leopoldinense, intitulado “Xingu, o clamor que vem da floresta”, durante a edição do programa que foi ao ar no domingo, 8 de janeiro de 2017. O samba-enredo fala sobre o agronegócio e a Usina de Belo Monte. Diversos veículos de comunicação noticiaram a narrativa da jornalista¹⁸ após o ocorrido. Em Mato Grosso do Sul, o Campo Grande News noticiou várias reportagens sobre as repercussões de samba-enredo entre os produtores rurais e ruralistas¹⁹. Detenho-me aqui à narrativa protagonizada pela jornalista:

Moisés Santana, Aldir Senna, Adriano Ganso ou Jorge do Finge. Você já ouviu falar esses nomes? Provavelmente não. E se ouviu foi agora, recente. São autores, compositores, sambistas que tem toda uma história na cultura brasileira. Mas também acabam de manchar a sua história. São eles os autores do polêmico já, especialmente dentro do setor do agro, samba enredo da escola Leopoldo (*sic*), Imperatriz Leopoldinense. E aí a gente pergunta: quem são esses rapazes, que conhecimento o tradicional malandro carioca, porque se eles não são cariocas, mas ao menos eles têm bastante da cultura urbana, da cultura do samba, da cultura carioca, *que conhecimento que eles têm* para falar do homem do campo, para falar do índio, para falar da floresta, para dizer que está certo ou errado, para dizer que alguém pede por socorro, sabe que conhecimento que eles têm? O de uso da tecnologia. Porque eles falam que a floresta tá pedindo socorro. Mas não abrem mão da tecnologia do dia a dia. Eles não abrem mão do veículo que eles andam. O agro está onde? O agro está no dia a dia de todo mundo. Todo mundo! “Ah! Mas o Xingu tá pedindo socorro!” Por quê? Alguém foi lá? Aí vem chamar de heróis... Inclusive eu tenho aqui, oh: “andar onde ninguém andou, chegar onde ninguém chegou, lembrar a coragem e o amor dos irmãos e outros heróis guardiões, aventuras de fé e paixão, o sonho de integrar uma nação”. Os versos

¹⁸ Noticiaram o episódio, entre outros, os veículos eletrônicos Midiamax (em 11/01/2017, capa/Brasil, disponível em <http://www.midiamax.com.br/brasil/video-apresentadora-record-indio-tem-morrer-malaria-sem-remedio-328014>); Correio Brasiliense (12/01/2017, disponível em http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2017/01/12/internas_polbraeco,564719/jornalista-diz-que-indio-deveria-morrer-de-malaria-e-tetano.shtml); Revista Veja (12/01/2017, disponível em <http://veja.abril.com.br/brasil/apresentadora-diz-que-indio-original-tem-de-morrer-de-malaria/>); Revista Exame (12/01/2017, disponível em <http://exame.abril.com.br/brasil/jornalista-diz-que-indio-de-verdade-tem-que-morrer-de-malaria/>). O vídeo está disponível também no Canal Youtube (<https://www.youtube.com/watch?v=YQZaQJSJUqA>).

¹⁹ “índio vira samba enredo e escola do RJ provoca a ira do agronegócio em MS” (10/01/2017, disponível em <http://www.campograndenews.com.br/lado-b/artes-23-08-2011-08/indio-vira-samba-enredo-e-escola-do-rj-provoca-a-ira-do-agronegocio-em-ms>); “Crítica por falar sobre Xingu, Imperatriz avisa que não mudará desfile” (14/01/2017, disponível em <http://www.campograndenews.com.br/lado-b/artes-23-08-2011-08/critica-por-falar-sobre-o-xingu-imperatriz-avisa-que-nao-mudara-desfile>); “Safrinha da soja começa em MS com previsão de colher 7 mi de toneladas” (26/01/2017, disponível em <http://www.campograndenews.com.br/rural/safrinha-da-soja-comeca-em-ms-com-previsao-de-colher-7-mi-de-toneladas>).

estariam perfeitos para descrever o homem do campo: o agricultor e o pecuarista. Não para descrever índios! Alguma coisa contra os índios? Não! Eles querem preservar a sua cultura? Estão corretos! E eu sou em favor disso! Eles querem a mata para preservar a cultura deles? Pois então eles vão viver da cultura deles! Eu sou em favor dessa preservação *se o índio for original*. Agora, deixar a mata reservada para comer de geladeira? Isso não é cultura indígena não, sinto muito! A minha opinião pode chocar agora muitos brasileiros, mas *se o índio quer preservar a cultura, ele não pode ter acesso à tecnologia que nós temos: ele não pode comer de geladeira, tomar banho de chuveiro e tomar remédios químicos*. Porque há um controle populacional natural! *Ele vai ter que morrer de malária, de tétano, ... do parto... É! A natureza! Se quer lá, ele vai comer, ele vai tratar na medicina que o cacique, que o pajé ali, que eles tinham antigamente. Aí justifica. Agora, eu já passei em aldeias indígenas onde tivemos que pagar o maior pedágio, que era cinco vezes superior ao tradicional e com estradas horríveis, e aí tá lá o índio de ray-ban – e não era falsificado não, tá! – de ray-ban espelhado, aparelho nos dentes, antena parabólica, caminhonete Hilux. Isso não é preservar, isso não é heroísmo*. Heroísmo é o produtor que trabalha sol a sol, dia a dia, para alimentar toda uma nação, inclusive indígena, que leva para lá o alimento porque não produz mais, *não tem mais aquela cultura*. Então, esses quatro rapazes - Moisés Santana, Aldir Senna, Adriano Ganso, Jorge de Finge – eles estão muito equivocados. Eles precisam sair de uma sala com ar condicionado e ir pro dia a dia do produtor rural, como agora aqui em Goiás, que o produtor já não está segurando a cabeça sobre o pescoço preocupado com o veranico; como teve em Montividiu nesta semana chuva de granizo e que o seguro já teve que ser acionado. Aí é heroísmo. Aí é ter fé, é ter coragem para enterrar o seu investimento e crer que ele é capaz de fazer a diferença, de fazer alguma coisa. Nessa semana foi deflagrada uma campanha, e o “Sucesso no Campo” convida você a participar desta campanha. É uma campanha para arrecadação de recursos para colarmos painéis eletrônicos, para colocarmos outdoors, na Avenida Paulista, na Sapucaí, no Sambódromo, em volta de tudo aquilo ali, e dizer quem é o homem do campo, quem é o herói brasileiro, que agora diante da pior recessão da história do país *ele foi capaz de manter em ascensão os empregos do país, manteve o PIB, a desgraça não tomou conta total do nosso país por causa desse herói, do produtor rural*. E é com toda essa indignação que nós começamos o programa “Sucesso no Campo” de hoje, e esperamos que a população urbana passe a compreender e conhecer esse produtor (OLIVEIRA, 2017, grifo nosso).

Narrativas desta natureza, quando protagonizadas por jornalistas, ainda que em programa de âmbito local ou regional, qualquer que seja o veículo de comunicação utilizado, contribuem para ampliar o imenso abismo que existe entre os que estão “deste lado da linha” e os que estão “do outro lado da linha” que divide a realidade social, na perspectiva do pensamento abissal (SANTOS; MENESES, 2010). Consolidam, por exemplo, a ideia de que índio, para ser “índio original”, deve permanecer congelado no passado, como nos antigos livros de História do Brasil, nus e sem acesso aos bens

materiais que o restante da sociedade brasileira tem o “direito” de acessar. A cultura é, portanto, compreendida como algo estático, como se os indivíduos não se transformassem, como se não fossem sujeitos em permanente processo de trocas culturais. Devem os índios, portanto, “morrer de malária, de tétano, do parto”, pois só assim podem ser considerados “índios de verdade”. Se optarem por ser índios, não são cidadãos brasileiros e sujeitos de direitos: devem ser relegados a uma *subcidadania*. Ao mesmo tempo, a narrativa contribui para fortalecer a noção de que existem conhecimentos válidos e conhecimentos não válidos: que conhecimento um grupo de carnavalescos carioca tem da questão do campo, dos conflitos agrários, das necessidades dos povos do Xingu, para ousar nominar quem são os heróis deste país?

Narrativas como esta reforçam, ainda, a certeza de que índio não produz, não contribui com a riqueza do país, ao contrário do produtor rural. Quando o Outro é o indígena, aquele que destoa do modelo ocidental de desenvolvimento e de exploração da terra, os povos tradicionais, suas diversas culturas e compreensões de mundo acabam por causar estranhamento à mesmidade, cujos conceitos e “verdades”, em geral, não dão espaço para que a diferença se manifeste. O discurso jornalístico, construído na lógica do pensamento moderno ocidental, acaba por reproduzir muitas vezes esses distanciamentos. São visões de mundo distintas, concepções diferentes sobre a posse, o uso e a destinação da terra e de seus recursos naturais e, no texto jornalístico onde estão representadas estas disputas de poder e confrontos de interesses, nem sempre os povos indígenas têm espaço, oportunidade e condições de falar. Bhabha, ao tratar das diferenças culturais, considera que:

A representação da diferença não deve ser lida apressadamente como o reflexo de traços culturais ou étnicos preestabelecidos, inscritos na lápide fixa da tradição. A articulação social da diferença, da perspectiva da minoria, é uma negociação complexa, em andamento (...) (BHABHA, 1998, p. 20-21).

As múltiplas possibilidades que se estabelecem entre a mesmidade e a alteridade estão sempre atravessadas por relações de força e são construídas no bojo do discurso. Narrar a realidade constitui a realidade (HALL, 1997, p. 28-29) e tal tessitura é sempre um processo gelatinoso, escorregadio, não fixo – “sempre há o deslize” (HALL, 2003b, p. 33) no discurso. Na construção da notícia, a definição do Outro é aquela que contribui para fortalecer a mesmidade. Nesse processo de fortalecimento, narrar a diferença, nominar a alteridade acaba por constituir-se em estratégia da

identidade, como argumentam Duschatzky e Skliar (2011), naquilo que chama de “versões discursivas sobre a alteridade (...): ‘o outro como fonte de todo o mal’, ‘o outro como sujeito pleno de um grupo cultural’ e o ‘outro como alguém a tolerar’” (DUSCHATZKY; SKLIAR, 2011, p. 121).

No que diz respeito a transformar o Outro na fonte de todo o mal, Duschatzky e Skliar argumentam que, além da eliminação física – mortes em guerras, genocídios, apartheid, ditaduras militares, conflitos étnicos, entre outros –,

a Modernidade construiu (...) várias estratégias de regulação e de controle da alteridade. (...) Entre elas a demonização do outro: sua transformação em sujeito *ausente*, quer dizer, a ausência das diferenças ao pensar a cultura; a delimitação e limitação de suas perturbações; sua invenção, para que dependa das traduções *oficiais*; sua permanente e perversa localização do lado externo e do lado interno dos discursos e práticas institucionais estabelecidas, vigiando permanentemente as fronteiras – isto é, a *ética* perversa da relação inclusão/exclusão –; sua oposição a totalidades de normalidade através de uma lógica binária; sua imersão e sujeição aos estereótipos; sua fabricação e sua utilização, para assegurar e garantir as identidades fixas, centradas, homogêneas, estáveis etc (DUSCHATZKY; SKLIAR, 2011, p. 121, grifo dos autores).

É nessa direção, buscando transformar o Outro na fonte de todo o mal, que os atravessamentos presentes nos textos jornalísticos quando o Outro é pauta acabam por legitimar a lógica do colonizador, ao tempo em que contribuem para disseminar ideias preconceituosas e limitadoras sobre o Outro na sociedade. A compreensão que o produtor rural tem da terra é bastante distinta daquela que os indígenas possuem deste mesmo bem. Entretanto, qualquer compreensão que fuja daquilo que está posto como “verdade”, ou seja, os desvios que quebram a suposta “normalidade” – por exemplo, a terra como bem imóvel a ser adquirido mediante pagamento ou herança e a ser explorado para gerar lucro – é considerada devaneio, loucura, irresponsabilidade, incompetência técnica e, portanto, não deve ser considerada. Há aqui duas situações: ganham visibilidade na imprensa, ou seja, tornam-se notícias aqueles sujeitos-Outros que deslizam/destoam e quebram a norma, sendo muitas vezes este o lugar que ocupam na narrativa jornalística: de desviantes. A outra é uma situação de paralisia: os sujeitos-Outros que permanecem “em seu lugar social”, sem deslizos ou questionamentos, permanecem invisíveis e sem qualquer valor que justifique tornarem-se pauta jornalística.

Laraia (2009) nos lembra que existem lógicas diferentes para sistemas culturais diferentes e tais sistemas estão em permanente processo de modificação:

Todo sistema cultural tem a sua própria lógica e não passa de um ato primário de etnocentrismo tentar transferir a lógica de um sistema para outro. Infelizmente, a tendência mais comum é considerar lógico apenas o próprio sistema e atribuir aos demais um alto grau de irracionalismo (LARAIA, 2009, p. 87).

Sem desconsiderar a importância do aspecto técnico e profissional no processo de construção da notícia, quando a pauta é a questão da terra, a retomada pelos indígenas de seus territórios tradicionais, o conflito com os produtores rurais e a resistência das famílias indígenas, as matérias jornalísticas, em especial as regionais, limitam-se ao relato dos fatos, sem grandes aprofundamentos e problematizações que tornem a narrativa mais densa e eticamente responsável. Entretanto, na perspectiva de Laraia, lógicas completamente diferentes estão em jogo e um olhar a partir da cultura pode fazer a diferença na construção da narrativa. Geertz (2013), por exemplo, afirma que a cultura passa por “sistemas entrelaçados de signos interpretáveis”. Hall (2003b) ao fazer referência ao trabalho de Thompson e Williams, diz que a cultura é “algo que se entrelaça a todas as práticas sociais” (HALL, 2003b, p. 141), atividades por meio das quais os seres humanos fazem história, e destaca que cultura é,

(...) *ao mesmo tempo* como os sentidos e valores que nascem entre as classes e grupos sociais diferentes, com base em suas relações e condições históricas, pelas quais eles lidam com suas condições de existência e respondem a estas; e *também* como as tradições e práticas vividas através das quais esses “entendimentos” são expressos e nos quais estão incorporados (HALL, 2003b, p. 142, grifo do autor).

São contextos bastante complexos, de luta e de embates a partir do próprio referencial cultural que cada grupo social vivencia, e que o olhar da mesmidade nem sempre é capaz de apreender antes de narrar.

Na mesma direção, Duschatzky e Skliar (2011) discutem, a partir de Bhabha, a ideia de cultura como um território que precisa permanentemente de traduções, e problematizam o tema ao questionar: quem traduz a quem?

Mas se a cultura é, de acordo com Bhabha (1994), um território de diferenças que precisa de permanentes traduções, o problema crucial é quem traduz a quem (ou quem representa a quem) e através de quais significados políticos. Disso resulta que a tradução e representação dos outros está atravessada por uma busca permanente de eufemismos, melhores (ou piores) formas de denominar a alteridade. Não obstante,

essas formas não são neutras nem opacas e geram consequências na vida cotidiana desses outros (DUSCHATZKY; SKLIAR, 2011, p. 122).

Mais uma vez, é possível aproximar o jornalismo dos estudos sobre cultura para extrair aspectos que poderão fortalecer a construção da narrativa jornalística. Geertz (2013, p. 14) afirma que “o etnógrafo ‘inscreve’ o discurso social: ele o anota”, e assim transforma acontecimento (passado) em relato, fixando-o no tempo. Mas Geertz ressalta que, no trabalho etnográfico,

o que inscrevemos (ou tentamos fazê-lo) não é o discurso social bruto ao qual não somos atores, não temos acesso direto a não ser marginalmente, ou muito especialmente, mas apenas àquela pequena parte dele que os nossos informantes nos podem levar a compreender (GEERTZ, 2013, p. 14).

Por essa razão, Geertz atribui tanto valor, no trabalho de campo antropológico, à sua circunstancialidade: o contexto cultural do Outro é levado em conta para a construção da narrativa etnográfica. Além disso, o antropólogo não tem acesso ao discurso bruto, ou ainda, à realidade em si mesma, porque ela é inacessível e somente chega ao pesquisador com interpretação! Assim, também o jornalista não tem acesso aos fatos em si mesmos mas pode, a exemplo da prática antropológica, considerar suas circunstâncias e multiplicar suas fontes/agentes, produzindo pautas mais problematizadoras e densas, e ampliando a dimensão ética nos processos de “tradução” da diferença. Permitir que o Outro produza sua própria fala e seu próprio olhar sobre o mundo e sobre o outro também nos espaços hegemônicos, não como exceção mas cada vez mais, como regra. Ao emprestar estas contribuições dos estudos de cultura para o fazer jornalístico, é possível vislumbrar a possibilidade de o texto jornalístico estabelecer cruzamentos com o universo cultural da alteridade, de modo a se aproximar mais da circunstancialidade do fenômeno, sem necessariamente buscar enquadrá-lo na lógica da mesmidade. Olhar a diferença a partir da sua condição de diferente.

CAPÍTULO 3 – Entrevista: construindo pontes

A entrevista, terceira ferramenta ou *chave-mestra* que selecionei para refletir sobre o lugar do Outro na narrativa jornalística – para além de sua definição como um dos gêneros jornalísticos informativos²⁰ e mais do que uma técnica de produção de dados – pode ser um espaço de encontro e de diálogo, um lugar para se estabelecer relação; espaço de exercício da observação cuidadosa, arte da escuta e possibilidade de vivenciar o deixar fluir. Além das contribuições dos autores do campo da cultura, recorro neste capítulo às contribuições da literatura para o fazer jornalístico. Essa reflexão é construída a partir das narrativas desenvolvidas pelas jornalistas Natália Albertoni, Eliane Brum e Janet Malcolm, esta última em sua obra “A mulher calada” (2013), para refletir sobre a diferença no ambiente da entrevista.

O caminho para a construção de uma boa narrativa jornalística – aqui compreendida como aquela capaz informar, sem abrir mão da ética e da estética como elementos vitais da narrativa (MEDINA, 2003) – passa, necessariamente, por boas entrevistas. O desafio de proporcionar o encontro/entrevista talvez seja ainda maior quando o entrevistado/interlocutor é alguém que destoa do sujeito padrão hegemônico ocidental: homem, heterossexual, urbano, branco, cristão, jovem e profissionalmente bem sucedido. Significa ir ao encontro dos Outros: os pobres, os negros, os indígenas, os homoafetivos, os migrantes, os ciganos, os povos do campo e da floresta, os moradores de rua, entre tantos sujeitos. Como assim ouvi-los, saber o que pensam? O que teriam a dizer de relevante, de importante, de válido? Pois bem: após o percurso trilhado até aqui, cujo objeto é refletir sobre o lugar ocupado pelo Outro na narrativa jornalística, proponho pensar a entrevista enquanto ferramenta capaz de contribuir com a densidade textual, com a dialogia, com o estabelecer relação, a partir dos recortes jornalísticos selecionados.

Na busca pela descrição densa, para apreender *o* Outro, para apreender *do* Outro, um primeiro passo é ir ao seu encontro – “primeiro apreender e depois apresentar” (GEERTZ, 2013, p. 7). Não apenas do ponto de vista físico, mas também emocional, sensorial, colocando-se em sintonia. Há pessoas que vão fisicamente ao

²⁰ Chaparro (1998) divide Gêneros Jornalísticos em duas espécies: Gênero Comentário e Gênero Relato. Neste último, a entrevista está classificada como gênero do jornalismo de espécie narrativa. Na classificação de Marques de Melo (1994), a entrevista está classificada como um dos gêneros do jornalismo informativo.

encontro de outras, mas o *encontro* não acontece. Para apreender é necessário deixar a porta aberta, permitir o diálogo fluente no lugar dos monólogos breves e sucintos.

Para Medina (2003) a formação técnica do jornalista se sobrepõe aos aspectos intuitivos e criativos tão necessários ao exercício da profissão. Por isso, a autora valoriza a importância de “humanizar as fórmulas que constituem as técnicas da inércia profissional, na vitalidade do cotidiano anônimo” (MEDINA, 2003, p. 34-35). Acredita que “a pedagogia de um novo jornalismo recupera o prazer e o desejo solidário de *descobrir pessoas (...)*” (MEDINA, 2003, p. 35, grifo nosso).

Ir ao encontro, humanizar relações, deixar-se estranhar pelo Outro para que o diálogo possa acontecer são algumas sinalizações no caminho para a construção de uma escrita densa de significados, capaz de refletir a complexidade dos acontecimentos e das vivências humanas. Nesse processo, os pontos de contato entre literatura e jornalismo também contribuem para a reflexão, na medida em que “fazer jornalismo é fazer história, a história do cotidiano” (SATO, 2002, p. 33). Não se trata de evidenciar os distanciamentos, tão bem conhecidos – como o de que o jornalismo trabalha com acontecimentos reais enquanto a literatura trabalha essencialmente com a ficção – mas algumas aproximações entre os dois campos de conhecimento.

(...) jornalismo e literatura são atividades que se aproximam porque sobrevivem do mesmo meio, a palavra, e do mesmo fim, a conquista de leitores. Ambos, porém, ocupam seus espaços. Tanto melhor será o jornalismo quando mais houver de inspiração literária. E tanto melhor será a literatura quanto nela couber o que de mais importante há no jornalismo: a sedução. Os amantes da palavra, em geral, se satisfazem diante de uma história bem contada, seja ela num livro ou num jornal (ARAÚJO, 2002, p. 97).

Um dos elos que unem as duas áreas, na opinião de Araújo (2002), é a narração. Com “artifícios emprestados da literatura, como diálogos, quando necessário, relatos, descrições” (ARAÚJO, 2002, p. 96); assim como também o uso da primeira pessoa, o emprego de figuras de linguagem, como metáforas e metonímias, a narrativa jornalística abre janelas para outros mundos, outros contextos e perspectivas. São brechas e fissuras que podem oxigenar textos impessoais que se erguem respaldados pelo compromisso com a neutralidade, com a verdade e a objetividade, em que comumente apagam-se as marcas do sujeito para garantir “um efeito de objetividade” (SATO, 2002, p. 31).

Ao exigir-se do jornalista o uso da terceira pessoa que garantiria formalmente a impessoalidade do discurso, tem-se como resultado um discurso esvaziado, que acaba por ocultar o *processo social que possibilitou a notícia* (SATO, 2002, p. 31, grifo nosso).

Sem perder de vista o compromisso do jornalista e de sua narrativa com a realidade, as aproximações com a literatura podem contribuir para o encontro com Outro na busca por estabelecer um diálogo profícuo e respeitoso, o que passa por um despertar de “sensibilidade altamente complexa e de fina sintonia com o presente” (MEDINA, 2003, p. 53) para vivenciar, nos entre-lugares e nas fronteiras culturais, os processos de tradução/negociação (BHABHA, 1998). Ao desnaturalizar a realidade e os fatos, é provável que a pauta transforme-se num emaranhado de possibilidades, já não tão óbvia e tão lógica quanto antes, e conduza o jornalista para territórios de incertezas, onde “abandona a arrogância de dono da verdade e mergulha com delicadeza no pântano anônimo do cotidiano incerto e não sabido” (MEDINA, 2003, p. 135), para estar diante do Outro e ouvi-lo.

3.1 - Deixar-se estranhar pelo Outro: a perspectiva da diferença

A obra da jornalista Janet Malcolm “A mulher calada – Sylvia Plath, Ted Hugles e os limites da biografia”, publicada em 2012, nos conduz por uma trajetória de reflexões sobre as nuances da escrita biográfica e sobre o fazer jornalístico. Trata-se de uma obra de não ficção, em que a autora algumas vezes “sinaliza para ação de desnudar os mecanismos de produção” (COSTA, 2015, p. 1), numa narrativa marcada pelo uso da primeira pessoa. São essas as duas fortes características da escrita de Janet Malcolm que podem ser percebidas como condutas que caminham na contramão da lógica da mesmidade e do pensamento ocidental que engessa a grande imprensa: a escrita em primeira pessoa e a exposição dos “bastidores” da pesquisa jornalística, aqui incluída a entrevista. Aquilo que normalmente é editado e excluído do texto final, em Janet Malcolm aparece de forma evidente, propositadamente.

Costa (2015, p. 1) afirma que “um dos recursos mais utilizados por Malcolm para desnudar os mecanismos de produção do trabalho é colocar-se como parte do diálogo com a fonte”. Janet Malcolm não apenas se coloca no texto, em primeira pessoa, como faz questão de marcar sua posição, sua crítica – ela assume recorrentemente um lado.

O jornalista trabalha sob a mesma maldição do biógrafo. Sentada com meu tesouro de cartas entre Olwyn e Anne, contemplando meu próximo movimento, senti-me tomada pelo conflito entre as duas partes. (...) Como o leitor, eu também escolhi um lado – o dos irmãos Hughes e Anne Stevenson – e também recorro a minhas simpatias e antipatias em apoio de minha escolha (MALCOLM, 2012, p. 126 e 194).

No processo de escuta, durante a realização de uma entrevista, Janet Malcolm dialoga com o entrevistado, buscando ampliar sua compreensão para a produção de um texto mais complexo e comprometido com o relato de vidas. O resultado dessa “conversa” ganha corpo não apenas com o *conteúdo*, mas com a *forma* da narrativa. Costa (2015, p. 1) destaca o trecho da obra “A mulher calada”, em que Janet Malcolm dialoga com Olwyn Hughes, “ex-cunhada da poetisa Sylvia Plath e guardiã feroz de seu espólio literário”, como um movimento interessante, em que Janet Malcolm ao “reproduzir a fala tenta emular pequenos momentos de embaraço e de comunicação falhada” (COSTA, 2015, p. 2). Vejamos o trecho da obra:

“Sylvia morreu este mês”, disse eu a Olwyn no restaurante indiano.
“Em que dia foi?”
“Por acaso no dia de hoje”, respondeu ela. “Eu me lembrei ontem, quando estava datando uma carta para você. É estranho.”
“A casa onde ela morreu em Fitzroy Road fica perto daqui, não é?”, perguntei. “Depois do almoço, você vem comigo até lá?”
“Querida, acho que não quero dar esse passeio”, respondeu Olwyn.
(MALCOLM, 2012, p. 52).

O diálogo é rico em detalhes; o desconforto entre a jornalista e a entrevistada fica bastante evidente e Janet Malcolm não faz questão de esconder ou editar tal diálogo. Ele é publicado com todos os desencontros, desajustes e discordâncias que possam existir entre entrevistador e entrevistado. Como bem coloca Costa (2015, p. 6), “na obra madura de Malcolm, tal qual nas obras de vanguarda da arte moderna, não é possível chegar ao conteúdo sem notar a forma”. A narrativa construída por Janet Malcolm a partir das entrevistas-diálogos – em que falam entrevistado e jornalista; dois seres humanos que “se colocam” em relação –, acaba por resultar num espaço denso de significados. Creio que, neste ponto, o trabalho jornalístico aproxima-se muito com o trabalho antropológico, ao tomar a afirmação de Geertz de que “o objetivo da antropologia é o alargamento do universo do discurso humano” (GEERTZ, 2013, p. 10). Afinal, para o autor, a cultura é um contexto, lugar onde a escrita ganha densidade e o fazer antropológico abre espaço para a fala do Outro.

A exemplo do trabalho do etnógrafo, como ressaltou Geertz (2013), também o jornalista precisa “apreender” uma dada realidade – um fato, um contexto, uma problemática – para poder reportá-la. Aproximar-se do contexto com um olhar observador, capaz de compreender as vivências do Outro. “Se puderes olhar vê. Se puderes ver, repara”²¹. Assim, o trabalho de apreensão passa, entre outras etapas, pela entrevista que, conforme afirma Medina (1995) deve contemplar uma “única vivência”. Nessa direção, Medina fala da entrevista como diálogo possível: “(...) o diálogo que atinge a interação criadora, ou seja, ambos os partícipes do jogo da entrevista interagem, se modificam, se revelam, crescem no conhecimento do mundo e deles próprios.” (MEDINA, 1995, p.10). Será que o jornalista/mediador entre mundos entrevista um ministro de estado, um cientista e uma liderança do movimento indígena com a mesma abertura, despojamento de certezas e capacidade de escuta? Ainda resiste na imensa maioria dos textos jornalísticos um hiato bastante grande entre a palavra de uma autoridade constituída em nossa sociedade, a de um especialista e a palavra do Outro – se é que é ouvido. Leal e Carvalho (2015) ressaltam que as fontes enquanto agentes jornalísticos participam ativamente das disputas de sentido. Para os autores,

as disputas de sentido têm a ver com visões sociais de mundo que colocam em cena atores extremamente diversificados e é preciso não atribuir de forma mecânica e maniqueísta o poder a apenas uma das partes envolvidas (LEAL; CARVALHO, 2015, p. 612).

Medina, em trabalho mais recente, retoma os problemas que travam ou dificultam a tessitura de relatos jornalísticos densos, complexos, éticos e responsáveis.

A oficina narrativa se confronta com limitações que vão dos reducionismos técnicos de uma racionalidade monádica ou maniqueísta, a um autoritarismo não solidário, muitas vezes aético, ou mesmo irresponsável, até uma incapacidade estética para produzir novos sentidos do acontecimento humano. A razão treinada para resultados imediatos perde a força do afeto e não dá margem a um *insight* criativo. No fundo, essa é a marca da autoria que se aspira: contar sua história ou a história coletiva de forma sutil e complexa, afetuosamente comunicativa e iluminando no caos alguma esperança de ato emancipatório (MEDINA, 2003, p. 49).

Da mesma forma, Janet Malcolm (2012) nos apresenta uma narrativa rica em detalhes e descrições, em ambientação, no uso criativo de metáforas, ao mesmo tempo em que são inseridas reflexões sobre o próprio processo de produção do texto.

²¹ Livro dos Conselhos. Citação de abertura da obra de José Saramago *Ensaio sobre a Cegueira*.

É como se Hughes tivesse examinado a primeira versão e decidido descartá-la como um dos começos em falso, excessivamente simples ou bonitos, que todo escritor acaba produzindo como parte necessária do processo de descobrimento do que quer dizer. (E que pode até ser chamado de purgação das impurezas) (MALCOLM, 2012, p. 12).

Sua capacidade de entrelaçar cenas do cotidiano vivido com a análise que faz dos entrevistados e de seus textos pode ser observada no trecho abaixo, enquanto jantava na casa de Anne (sua entrevistada), com ela e seu esposo Peter:

Ela (Anne) abriu a porta da geladeira e deu um gemido. “Esqueci de pôr o molho branco na lasanha”, disse com voz abalada, e era tarde demais para corrigir a omissão; a lasanha teria que continuar a assar da maneira como estava. Quando a comemos, meia hora mais tarde, estava saborosa, mas Anne não se conformava e não parava de se desculpar. Como no caso da publicação de *Bitter fame*, não teve outra escolha senão servi-la, mas sabia que era um produto imperfeito, resultado de concessões essenciais. Compreendi sua angústia e me solidarizei com ela (MALCOLM, 2012, p. 118).

Num dos trechos onde reflete sobre o fazer jornalístico, Janet Malcolm (2012, p. 82) marca sua diferença em relação ao trabalho do biógrafo, que é justamente a possibilidade de retomar o diálogo: “na qualidade de jornalista cujo tema era uma pessoa viva, eu tinha uma vantagem sobre a biógrafa que lidava com uma morta: podia voltar a procurar Anne (muitas vezes, se necessário), para terminar meu retrato dela”. Em “A mulher calada”, narra com detalhes os bastidores, as dúvidas, as hesitações, os percalços de seu trabalho jornalístico, expondo o caminho percorrido para a produção da obra.

“E por que você não escreveu seu próprio livro” perguntei [a Olwyn]. “Eu não sou escritora. E, por ser irmã de Ted, ninguém iria acreditar em mim”. “Mas ninguém acredita em *Bitter fame*”, disse eu. “Se você tivesse escrito um relato sincero de irmã, era assim que o teriam lido. *As pessoas saberiam onde estavam pisando*. Mas assim elas ficam desconfiadas. Sentem que alguma coisa está sendo escondida delas e que estão lhes empurrando outra coisa” (MALCOM, 2012, p. 54, grifo nosso).

A segurança de Janet Malcolm quanto à importância de ressaltar de que lugar está falando, para que o leitor saiba onde está pisando, é não apenas uma fala em seu discurso, mas principalmente uma conduta dela própria como autora. O que há para esconder do leitor? Janet Malcolm se coloca de tal forma no texto que, em um dado

momento, rememora sua própria história e se posiciona ao lado de Anne (autora da obra biográfica) e de Sylvia Plath (poetisa biografada por Anne).

Os primeiros capítulos de *Bitter fame* me levaram de volta a um período que ainda me perturba rememorar, justamente por ter a duplicidade tão estranha em sua textura. Mentíamos para os pais, mentíamos uns para os outros e mentíamos para nós mesmos, de tão viciados que ficamos na mentira. (...) Sylvia Plath, Anne Stevenson e eu atingimos a maioridade no período em que a necessidade de cultivar essa ilusão era especialmente forte: (...) (MALCOLM, 2012, p. 22-23).

Um dos momentos trazidos por Costa (2015) em sua reflexão sobre a obra de Janet Malcolm, no que diz respeito ao uso da primeira pessoa pela jornalista, é justamente que tal uso traduz um “momento de reflexividade sobre o campo jornalístico, ponderando neste caminho algumas valências da escrita de não-ficção que é matéria da reportagem e do texto jornalístico em geral” (COSTA, 2015, p. 11).

Nesta trajetória de reflexão sobre o fazer jornalístico é possível perceber as contribuições de Janet Malcolm que fortalecem possibilidades concretas de subversão da lógica fixa e consolidada pela imprensa. Janet Malcolm se envolve com seus entrevistados, escuta o que eles têm a lhe dizer, sem perder de vista um diálogo crítico, no qual, por vezes até discorda deles. Sua escrita expõe silêncios, ironias... para usar uma expressão de Galeno (2002): ganha “textura”. É uma escrita que leva o texto a “ser percebido como algo tátil, exuberante e como uma rede comunicativa de múltiplos sentidos” (GALENO, 2002, p. 102).

Geertz chama a atenção para a necessidade de estar aberto ao novo para ser, de fato, tocado pela alteridade: “comecei a perceber que até as coisas que são evidentes só são evidentes aos olhos dos que as estão vendo” (GEERTZ, 1997, p. 136). Eis que o fazer antropológico pode iluminar o jornalístico. Ao tratar sobre o senso comum como um sistema cultural, Geertz alerta para os cuidados que o etnólogo deve tomar ao buscar compreender os fatos da vida de um determinado grupo social.

Os fatos que realmente importam na vida estão espalhados pela superfície e não escondidos e dissimuladamente em suas profundezas. Não é preciso, e mais, é um erro fatal, negar a obviedade do óbvio, como fazem com tanta frequência os poetas, intelectuais, padres e outros complicadores do mundo por profissão. (...) Os antropólogos frequentemente constroem complexidades conceituais que eles mesmos passam adiante como se fossem fatos culturais, pela simples razão de que não entenderam que muito do que lhes tinha sido dito por

seus informantes, ainda que soasse estranho a seus ouvidos educados, era literal (GEERTZ, 1997, p. 135).

A provocação de Geertz é bastante profícua e nos ajuda a refletir sobre nossas práticas como mediadores entre a realidade e o leitor. Há palavras ditas pelos entrevistados que soam demasiadamente estranhas aos ouvidos educados – porque não dizer, formatados – dos jornalistas. Sobretudo se tais palavras vêm daqueles não legitimados pelo saber científico, os Outros, que trazem consigo o que Geertz chama de “saber empírico, incompleto e que não é transmitido através de qualquer ensino sistemático e sim passado de uma geração a outra, de uma forma lenta e casual (...)” (GEERTZ, 1997, p. 121). Para que a entrevista-diálogo seja uma realidade, mais do que perguntar, mais do que dar a palavra, é preciso abrir os sentidos – todos os sentidos – para captar a realidade e o saber que vem do Outro. Até porque, o Outro tem muito a dizer. Resta saber se a mesmidade está aberta para acolher a diferença, em *sua* diferença.

3.2 - Ampliar a observação e a capacidade de escuta

Se as aproximações entre jornalismo e os estudos de cultura, a partir do olhar de Geertz, podem nos ajudar a refletir o papel da cultura como teia de significados, é importante dizer que na compreensão do autor “os textos antropológicos são eles mesmos interpretações e, na verdade, de segunda e terceira mão” (GEERTZ, 2013, p. 11). O tão divulgado compromisso com a verdade dos fatos e com a isenção, se observado sob a perspectiva de Geertz, acaba sendo uma grande ilusão. Para o antropólogo, “somente um ‘nativo’ faz a interpretação em primeira mão: é a *sua* cultura” (GEERTZ, 2013, p. 11). Ora, na construção da narrativa jornalística, quando o Outro é a pauta, o jornalista é convidado a se despojar de suas “verdades” para pisar o território do Outro, para se deixar encharcar com sua compreensão de mundo, seus saberes, sua história. Afinal, a história é *dele*; ou ainda: *ele* é a história. Ao jornalista que se aproxima resta o ouvir, observar, abrir os sentidos para apreender e, então, construir o relato. No dizer de Geertz, estamos falando de ficções: “ficções no sentido de que são ‘algo construído’, ‘algo modelado’ – o sentido original de *fictio* – não que sejam falsas, não fatuais ou apenas experimentos de pensamento” (GEERTZ, 2013, p. 11).

Nessa mesma direção, Medina fala dos desafios de reencontrar o que ela chama de *intuição criadora*, questionando os comunicadores: “como narrar histórias de vida dos protagonistas sociais anônimos, deserdados, ocultados pelos heróis do poder estabelecido, sem o toque sensível da aventura humana?” (MEDINA, 2008, p. 31). A ousadia está justamente em propor um caminho em direção à sensibilidade, à subjetividade, ao tempo do Outro na contramão da dureza, da objetividade, da escassez de tempo.

No contexto das comemorações do Dia da Consciência Negra, a Folha de S. Paulo publicou a reportagem da jornalista Natália Albertoni “Negro por 364 dias” no site do veículo em 20 de novembro de 2015. A exemplo do trabalho realizado por Janet Malcolm, a narrativa tecida por Natália Albertoni ganha densidade não apenas pelo conteúdo, mas também pela forma. Ela propõe o seguinte: “para refletir sobre representatividade, estereótipo e racismo, dez personagens discutem os outros 364 dias em que o mito da democracia racial não está em pauta”. A estrutura textual passa a ser conduzida, daí em diante, a partir do ponto de vista das pessoas, para as quais a jornalista se abre com atenção e com sensibilidade.

A reportagem é sobre o Outro-negro, mas a escolha das fontes e a dialogia estabelecida por Natália Albertoni com cada um dos *agentes jornalísticos* (LEAL; CARVALHO, 2015) acaba por apresentar ao leitor o olhar de outros Outros: a mulher com deficiência, na voz de Dona Edite, 73 anos, totalmente cega; a pessoa idosa, que além da própria Dona Edite, ganha espaço com Emanuel Araújo, 75 anos, Diretor curatorial do museu Afro Brasil; a criança Soffia, 11 anos, rapper mirim que “quer ser jogadora de basquete e de futebol, cardiologista, modelo e atriz”; a mulher, nas histórias de Xênia França, Tamires Sampaio, Joyce Venâncio e Cristina Xongani. A jornalista constrói uma narrativa viva, pulsante, conduzindo o leitor ao contato com os outros seres humanos para falar da questão racial. De fato, como afirma Kathryn Woodward, “identidades que adquirem sentido por meio da linguagem e dos sistemas simbólicos pelos quais elas são representadas” (WOODWARD, 2000, p. 8). A autora lembra ainda que a construção da identidade, além de simbólica, é social: “a luta para afirmar as diferentes identidades tem causas e consequências materiais” (WOODWARD, 2000, p. 10), o que é retratado ao longo da reportagem. Os interlocutores de Natália Albertoni são sujeitos de identidades múltiplas, ambivalentes (BHABHA, 1998), que olham para duas ou mais direções sem ter muitas faces. E seu texto ganha densidade quando atinge

as miudezas da vida e expõe as tramas alinhavadas por estes sujeitos. Eis alguns trechos da reportagem²²:

[...] **Xênia França, 27.** Não são raras as vezes que a cantora Xênia França, 27, ouve as perguntas: de onde você veio? É americana? “É até estranho você achar que em um país como o nosso, uma pessoa como eu seja considerada – como é mesmo que eu escuto? – exótica. Exótico é um animal, um bicho, uma coisa que ninguém nunca viu”, diz. Para ela, o termo está ligado à ideia de não conseguir desassociar a imagem do negro da escravidão. “É por isso que eu sou exótica. Vá lá na Bahia para ver o tanto de gente exótica que tem por lá”, provoca. Baiana de Camaçari, a vocalista do Aláfia veio para São Paulo para trabalhar como modelo. No entanto, ao se aproximar da música ela se encontrou e aproveitou a brecha de ter voz. “Num momento extremamente exacerbado, não só em relação à negritude, mas em relação à mulher e aos gays, por meio da música eu tenho oportunidade de ter o que dizer”. No grupo, formado por outros dez integrantes, ela canta referências ao candomblé e temas relacionados à política, ao cotidiano das periferias e ao racismo.

Em um contexto em que o movimento negro ganha cada vez mais força, impulsionado pelo momento político do país e pela facilidade de conexão viabilizada pelas redes sociais, Xênia acredita que é preciso falar sobre essas questões todos os dias. “Eu quero deixar de ser exceção e ser uma regra. Eu quero ter muito mais negros dentro desse espaço onde vocês trabalham. Quero deixar de ser a única mulher num espaço dominado por homens, que é a música. Eu quero deixar de ser a única mulher negra em vários lugares.”

Dona Edite, 73. “Você quer que eu declame?”, pergunta dona Edite, 73, com um sorriso largo no rosto que pede um “sim”. “Eu fico muito feliz quando declamo, muito mesmo”, diz. Completamente cega, a mineira é frequentadora assídua e ativa do sarau da Cooperifa, na zona sul, há quase uma década. “Só faltei duas vezes neste ano”, diz. Lá, ela interpreta versos de poetas como Paulo Roberto e Cora Coralina, que memoriza ao ouvir fitas cassetes gravadas pela sobrinha. “Um glaucoma levou o restinho do que eu enxergava”, conta do sofá de sua casa em M’boi-mirim, na zona sul de São Paulo. Há 11 anos sem enxergar, encontrou na poesia uma nova forma de se comunicar. Fã do poeta abolicionista Castro Alves (1847-1871), tem o longo “Navio Negreiro” na ponta da língua. “Ele narra toda a desgraça da escravidão, em que parece que você não tem outra alternativa senão ser o próprio escravo”, explica.

Como contraponto ela cita “Literatura das Ruas”, de Sérgio Vaz, fundador do sarau. O texto faz uma crítica à falta de acesso a cultura e educação, além de contar a criação do grupo. “Ele narra a situação social, mas também grita. Eu gosto muito de uma frase que diz: somos um grito de um povo que se recusa andar de cabeça baixa e se prostrar de joelhos”, entoa, elevando a voz e crescendo na poltrona. “As pessoas adquiriram um não calar com as coisas, inclusive eu; Eu tinha medo de me posicionar, agora eu não tenho mais.”

²² A íntegra da reportagem está disponível em:

<http://arte.folha.uol.com.br/saopaulo/2015/11/20/consciencia-negra/>. Acesso em 5 jan. 2016.

Joyce Venâncio. Proprietária da loja de bonecas Preta Pretinha, Joyce Venancio tem olhos cor de mel com efeito hipnotizador, voz de quem conta histórias de ninar e os cabelos pretos armados como dos brinquedos de pano que cria para trabalhar questões como a autoestima de crianças negras. “Quando eu era criança, queria bonecas negras para levar para a escola como uma extensão da minha família. Não tinha sentido levar uma Barbie”, lembra. “Aprendi em casa o quanto somos importantes e queremos passar isso para que as crianças se sintam fortalecidas.”

Há 15 anos no mercado, a empresária conta que recebe visitas de jovens que querem montar seus negócios. Segundo ela, alguns empreendedores negros têm até receio de chegar no banco para conversar com o gerente porque já foram discriminados. “Muitos vão até o nosso ateliê pedindo caminhos porque nos tornamos referência como mulheres empreendedoras negras. Esse empoderamento é muito importante. Nós orientamos e fico muito feliz.”

Cristina Xongani, 57. Quando tinha cerca de 16 anos, Cristina Xongani, 57, foi chamada por uma das professoras do seu curso de economia doméstica para ir até a frente da sala e conhecer uma nova profissão que tinha a cara dela: “baby sitter” (babá). “A professora começou a explicar porque eu tinha o perfil e me disse em sala de aula, em pé, pra todos me verem, que ela me queria como ‘baby sitter’ da filha dela”, conta. Cristina era a única negra entre os 40 alunos. Incomodada, ela levou a proposta para os pais – um sociólogo e uma professora. Eles sugeriram a ela voltar no dia seguinte e, também na frente da turma, agradecer o convite, mas não aceitar. Além disso, dizer que, apesar de o cargo ser bacana, sua família estava investindo em sua formação com outras expectativas profissionais. “Mas ofereça o cargo para as demais alunas”, finalizou. “Essa professora nunca mais falou comigo. Ela não conseguia de fato olhar para mim”.

Preparada pelos pais para lidar com essas questões, Cristina viu o seu posicionamento ficar mais forte quando saiu do papel de filha para o de mãe de Ana Paula, hoje sua sócia na Xongani – um ateliê de moda e acessórios com estampas afro-brasileiras. A partir do cuidado com a própria filha, ela se sente uma agente transformadora. “A Xongani é um espaço onde a gente fomenta a valorização da estética corporal dessa mulher negra, dessa criança negra, desse homem negro. A partir do momento que as pessoas se empoderam da sua autoestima, os caminhos abrem. Porque você tem argumento e não tem medo, por mais que a pancada lá fora seja grande.” [...] (ALBERTONI, 2015).

Assim como, segundo Geertz (1997, p. 86) o etnógrafo só pode descrever o mundo a partir do ponto de vista dos nativos, sem necessariamente se tornar um deles, Natália Albertoni utiliza o recurso da entrevista para construir sua narrativa, não “afogada em miudezas” (Geertz, 1997, p. 88), mas abrindo-se à experiência do Outro para encontrar justamente as miudezas, “procurando, e depois analisando, as formas simbólicas - palavras, imagens, instituições, comportamentos - em cujos termos as pessoas realmente se representam para si mesmas e para os outros, em cada um desses lugares” (Geertz, 1997, p. 90), em cada um de seus contextos. Na fala de Dona Edite:

“ele narra a situação social, mas também grita. Eu gosto muito de uma frase que diz: somos um grito de um povo que se recusa andar de cabeça baixa e se prostrar de joelhos”, Natália Albertoni diz que ela “entoa, elevando a voz e crescendo na poltrona”. Ao conhecer Dona Edite pela narrativa de Natália Albertoni, não é possível acreditar que se trata de uma fonte passiva, desinteressada, morna. Ela é de fato uma *agente jornalística*. A narrativa nos prende no contexto desta protagonista ativa, nos leva a interagir com sua história e nos instiga a entender como uma senhora negra e totalmente cega tem um sorriso largo no rosto e o prazer de declamar poesias num sarau da zona sul de São Paulo. Que lugar ocupa o Outro-Edite na narrativa jornalística?

Da mesma forma, ainda que as fotos de Leo Eloy componham o material jornalístico, quando Natália Albertoni diz que “Joyce Venancio tem olhos cor de mel com efeito hipnotizador, voz de quem conta histórias de ninar e os cabelos pretos armados como dos brinquedos de pano que cria para trabalhar questões como a autoestima de crianças negras”, nem seria necessário olhar para as fotos para imaginar as feições de Joyce. E mais: a narrativa sobre Joyce vincula a pessoa ao seu contexto, à sua história de forma que, quando concluímos a leitura, sabemos mais da pessoa Joyce.

Nessa mesma direção, a jornalista Eliane Brum²³ traduz no exercício da profissão aquilo que Medina (2008, p. 68) menciona como necessário ao comunicador: o “silêncio subjetivo”. Além disso, afirma Medina, o repórter precisa “dos sinais dos cinco sentidos e da despoluição da consciência para a escuta da intuição criadora. Daí advêm gestos solidários que se consumam na interação social. O Eu e o Tu se encontram em dialogia” (2008, p. 68).

Em entrevista à pesquisadora Agnes Francine de Carvalho Mariano, publicada no periódico científico “Em Questão”²⁴, Eliane Brum revela que, no encontro com as pessoas que vai entrevistar, há um cuidado muito grande. “Sempre que eu chego em algum lugar, mesmo que eu já vá pautada, eu nunca chego falando, nem chego chegando. Eu sempre fui uma pessoa de canto. Sou muito mais ‘olhadeira’ e ‘escutadeira’, que ‘faladeira’, ‘perguntadeira’ (MARIANO, 2011, p. 308, 309).

²³ Eliane Brum é jornalista, escritora e documentarista. Ela mesma se descreve como “uma escutadeira que escreve. Repórter desde 1988, documentarista desde 2005, ficcionista desde 2011”. Disponível em <http://desacontencimentos.com/> Acesso em 06 nov. 2015.

²⁴ “Em Questão” é um periódico científico da área de Ciência da Informação, vinculado ao Programa de Pós-graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-ISSN 1808-5245. Entrevista publicada no “Em Questão”, volume 17, n. 1, p. 307-322, jan/jun 2011. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/15047> Acesso em 05 nov. 2015.

Outra questão que sobressai no trabalho jornalístico de Eliane Brum é o que ela chama de “pauta que surge dentro da pauta que estou fazendo” (MARIANO, 2011, p. 308). Como vai para a entrevista aberta, disposta a ouvir e a observar, ela é capaz de notar o que um jornalista mais apressado e desatento pode deixar passar: o que, de fato, a realidade está lhe dizendo, o que a pessoa está falando - com palavras, gestos, contexto. Neste ponto, a experiência de Eliane Brum também contribui para questionar que, para além da pauta estruturada e fixa, poderia haver uma pauta-projeto, uma espécie de linha pontilhada, resguardada pela pesquisa jornalística feita a priori, antes de ir ao encontro do entrevistado. Mas assim: como linha pontilhada, traçada a lápis – ou seja: nada em definitivo.

É com esse olhar e com tamanho despojamento que Eliane Brum literalmente vai ao encontro do Outro, disposta a “investir tempo” ouvindo o Outro. Ela procura, na maior parte das vezes, fazer a entrevista na casa das pessoas, como explicita à pesquisadora Mariano:

Acho que a casa é muito o que a gente é. A casa me dá muita informação sobre aquela pessoa. (...) É tento fazer sozinha, porque eu gosto de sossego e gosto de tempo. As minhas entrevistas, em geral, demoram horas. Eu sou o terror dos fotógrafos e motoristas (Risos). Todo mundo sabe que eu vou levar umas 4h. (...) Acho que a entrevista é sempre uma relação de confiança (MARIANO, 2011, p. 310).

O trabalho da jornalista Eliane Brum, assim como o texto de Natália Albertoni seguem na contramão do jornalismo que é quase sempre praticado cotidianamente no âmbito da imprensa de natureza industrial, na mídia tradicional e hegemônica. Trata-se de outra lógica, de outro olhar e de outro compromisso. Há um envolvimento responsável e opcional com os entrevistados. Eliane Brum, Natália Albertoni e Janet Malcolm estabelecem relações humanas com suas fontes, criam vínculos. Consequentemente são produzidas densas narrativas, que não apenas informam, mas principalmente envolvem, comprometem, sensibilizam, transformam vidas. Geertz (2013, p. 15), ao caracterizar a descrição etnográfica como densa, afirma que ela é interpretativa, uma vez que interpreta o fluxo do discurso social; busca fixar o que foi dito para que não se perca e é sempre uma descrição microscópica. Na aproximação com o jornalismo, acredito que uma narração densa é fruto da interpretação do jornalista/mediador, que busca compreender a complexidade da realidade ou da pessoa entrevistada, dando espaço para que sua voz não se perca, para

compreender os significados do que está lhe sendo dito, em riqueza de detalhes – microscópicos! Eliane Brum esclarece ainda mais o processo de realização de suas entrevistas:

Quando a pessoa fala, ela fala também com seu corpo, fala com o seu olhar, fala com os seus gestos, fala com um monte de coisas. A realidade é complexa. E quando ela para de falar, ela não parou de dizer. Ela continua dizendo com seu silêncio. Ela continua dizendo quando ela hesita. Ela continua dizendo quando ela gagueja. Ela continua dizendo quando ela não consegue falar. Essa escuta que é o nosso trabalho. A gente não está só escutando palavras, a gente está escutando toda a complexidade desse momento (MARIANO, 2011, p. 311).

É interessante problematizar sobre o lugar e a condição que ocupam os jornalistas quando estão diante de seus entrevistados. As realidades, os contextos, os seres humanos são tão complexos em suas culturas, em suas visões de mundo, em suas realidades que, fazer o exercício do despojamento de certezas e chegar à entrevista vazio e disposto a escutar talvez seja, de fato, a condição para começar a trilhar o caminho da compreensão. Há, sem dúvida alguma, um limite para tal esvaziamento. Não deixamos para trás nossa história e nossos valores, por exemplo. Não nos despimos de nosso contexto cultural, mas passamos a habitar as fronteiras, as extremidades, as bordas – territórios deslizantes e incertos. Assim chegamos ao encontro do Outro: com tudo o que somos. O que Eliane Brum questiona é a postura daqueles profissionais que chegam com a matéria pronta, com o olhar da mesmidade, o olhar do pensamento ocidental moderno, que não considera válida a palavra que vem do Outro e busca apenas um depoimento para “ilustrar” sua narrativa. E agem assim não porque são profissionais descomprometidos ou displicentes, mas porque estão inseridos numa lógica industrial de produção de notícias, onde o tempo linear tem muito mais valor do que o tempo das pessoas; onde o saber científico é o único válido para sustentar o ideal de objetividade; onde aprofunda-se o abismo entre a mesmidade e a diferença. Não por acaso tantas entrevistas são comumente realizadas por telefone.

Tem pessoas que perguntam, que fazem a coisa bem induzida, que é para o cara já responder uma coisa que se encaixa na tese. Mas tem essa coisa que às vezes tu pergunta e o cara incorpora a sua palavra. A gente tem meio que sumir, não é? Acho que é uma escuta meio psicanalítica que a gente faz. Tu pontuas, usando as palavras da pessoa. Tenta desaparecer (MARIANO, 2011, p. 317).

Desaparecer? Como assim desaparecer? Isso nada tem a ver com a lógica do pensamento ocidental moderno, em que o jornalismo tem raiz e onde jornalistas buscam, ao contrário, aparecer – e quanto mais, melhor! Para o pensamento abissal (SANTOS; MENESES, 2010), quem deve desaparecer são os que habitam o “outro lado da linha”. É a diferença que deve desaparecer, não a identidade. A mesmidade trabalha com a concepção de “fazer desaparecer”, “tornar invisível” ou, quando eventualmente o Outro surgir “deste lado da linha”, que seja para ser execrado, massacrado, anulado, marcado como não-sujeito. Esse é o lugar do Outro. Mas, olhar a partir dos estudos de cultura, acaba por problematizar e desestabilizar essa lógica e Eliane Brum fala do que considera ser um anti-jornalismo:

Acho importante tu saber muito sobre aquela realidade, até para saber para onde é mais legal tu olhar e para não ser enganada por uma coisa que parece ser e não é. Eu acho que a gente tem que ir aberta. É muito importante tu ir aberto. O anti-jornalismo é aquele cara que vai com a sua tese pronta e encaixota a realidade dentro da sua tese. Para isso não precisa ir para rua. Isso é invenção. Isso, sim, é ficção. Tem que ir aberta para se espantar, para ouvir. O melhor é quando tu te espantas. Quando a tua pauta vira, quando o imprevisível acontece e tu acolhes o imprevisto (MARIANO, 2011, p. 319).

Exercitar um jornalismo à flor da pele, como propõe Eliane Brum, é justamente quebrar algumas lógicas que engessam a prática profissional: o tempo dedicado às pessoas entrevistadas; a abertura da pauta para o improvável; o desnudar mecanismos de produção; a busca por desaparecer para que o entrevistado apareça, se coloque e use suas próprias palavras para “se dizer” e dizer de suas inquietações... Na reportagem “O pescador sem rio e sem letras”²⁵, publicado no site do jornal *El País* em 16 de fevereiro de 2015, Eliane Brum escuta Francisco, um jovem de 29 anos que sustenta sua família em Altamira, no Pará. A reportagem completa merece ser lida com a abertura e o cuidado com os quais provavelmente foi construída. Trago aqui apenas o trecho onde fala Francisco, na reportagem de Eliane Brum:

- Quando chegaram lá na ilha, o chefe da equipe mandou a gente pegar um tracajá (quelônio muito apreciado como comida), porque a gente conhecia o rio. Ficaram só com o papai, que não sabe ler, não sabe nada. A gente foi pegar o tracajá. Mas a gente não pegou nenhum, não vou mentir. Quando ele foi sair, nós chamemo: “Vem cá. Cadê a carta de crédito pra nós, que somos filho do local?” Com a carta

²⁵ O pescador sem rio e sem letras. Reportagem de Eliane Brum. *El País*, 16 fev. 2015. Disponível em: http://brasil.elpais.com/brasil/2015/02/16/opinion/1424088764_226305.html Acesso em 05 nov. 2015.

de crédito nós comprava um lote pra morar. E eles: “Quando o dinheiro cair na conta, a carta de crédito de vocês vem junto”. Então tá bom. Nós não conhece essas coisa, nós não somo dessas coisa, nós somo morador. Você bem sabe que morador da colônia não é entendido em certas coisa. Ainda mais em negócio de leitura. Aí o papai ficou lá na ilha e nós viemo no escritório da Norte Energia. A mulher puxou uma folha branca pra nós. E disse: “Assina aqui ou então o dinheiro não cai na conta do pai de vocês”. Eu digo: “Pode ser o nome do papai ou o meu? Porque se for o nome do papai, eu não sei”. Que a gente tem isso. O nome do papai eu não sei, eu sei só o meu nome mesmo. É a única coisa que eu sei, da minha cabeça mesmo. Comecei a assinar, ainda errei duas vez, ela mudou as folha. Falou: “Vai devagar”. Assinei. Digo: “Tá bom?”. Aí fui embora. Mas aquele papel era só pra 12 mil pro papai, não tinha mais nada. Eles podiam puxar um papel de leitura, podiam puxar um papel escrito na minha frente. Mas leitura eu não sei ler. Faz que nem um burro. Um burro vai, tem uma placa na frente, ele chega e passa por baixo. Porque morador da colônia, morador da ilha, morador da zona rural não sabe (BRUM, 2015).

Ler Francisco é quase como estar diante dele, ouvindo-o contar essa história. Que lugar ocupa o Outro-Francisco na narrativa jornalística? Um lugar de centralidade, de protagonista, de conhecedor de saberes legítimos e, portanto, um lugar de direito na perspectiva de sua diferença. Mais do que realizar entrevistas, Eliane Brum estabelece relações, cria uma ponte entre entrevistado e leitor, ao mesmo tempo em que oferece a oportunidade para que pessoas simples – aquelas que talvez nunca tivessem espaço na lógica ocidental – possam falar. Durante as horas em que permanece ao lado do entrevistado, está atenta a tudo o que acontece no ambiente e que contextualiza a entrevista. “Eu anoto assim: ‘quando ela me disse tal coisa, ela olhou para cima’ ou ‘a respiração dela ficou entrecortada’. Ou ‘nesse momento bateram na porta’. Ou ‘ela mexeu no cabelo’. Ou ‘ela ficou de boca aberta’” (MARIANO, 2011, p. 311). Há um cuidado constante nesta dialogia: a de realmente ouvir com todos os sentidos e não deixar passar nada. Eliane Brum se preocupa e leva muito a sério tudo o que o entrevistado lhe diz por meio de palavras, de silêncios, de gestos. “Eu vou anotando tudo o que vai acontecendo, que eu acho que são informações e que fazem parte dessa escuta” (MARIANO, 2011, p. 311). E acrescenta: “Mas eu tenho gravado também por causa da questão das palavras exatas. (...) Não posso fazer isso com a pessoa, não posso perder o que ela disse” (MARIANO, 2011, p. 311). Todo esse zelo com o dizer do Outro, atribuindo valor humano às informações que reúne, é que resultam em tamanha densidade textual, numa narrativa que nos faz, por exemplo, ter a impressão de que estamos diante de Francisco e de que é conosco que ele dialoga.

Construir pontes entre pessoas e alcançar os fios que tecem a trama cultural que envolve o Outro. Criar relações e fortalecer vínculos. Estabelecer conversas, preferencialmente sem pressa. Escutar. Observar. Mergulhar no mundo do Outro, despido das próprias verdades, das certezas e das teses prontas. Deixar-se surpreender pelo Outro. Deixar-se apreender pela teia de significados que aquela realidade/aquela pessoa traz em si. Estes são alguns dos aprendizados que os estudos de cultura trazem e algumas pistas deixadas pelo trabalho desenvolvido por Natália Albertoni, Janet Malcolm e Eliane Brum, onde cada história é uma história; cada personagem, um personagem; cada contexto, um mundo complexo a ser conhecido. Eliane Brum não deixa dúvidas de seu compromisso para com as pessoas que entrevista, e de que as pessoas estão, de fato, em primeiro lugar no seu fazer jornalístico:

Muita gente me pergunta: “Tu te envolve com as suas fontes?”. Eu digo: “Claro que me envolvo”. E se não me envolvesse, não ia ter graça, ia fazer outra coisa. (...) Para mim, o jornalismo vale a pena por várias razões, mas também porque eu sou transformada por aquilo que faço. Eu nunca vou para um lugar e volto igual. Nunca vou para uma vida e volto igual. Eu sou transformada por aquilo que eu conheço, que acontece, que eu faço. Eu me recio a cada reportagem. E disso fazem parte as relações (MARIANO, 2011, p. 312).

Na complexa realidade a ser reportada, como bem afirmou Geertz (2013, p. 15), há que se interpretar, há que se buscar transformar o cotidiano em relato, fixando seus ricos detalhes microscópicos e que fazem daquela realidade – daquele ser humano, daquele povo, daquele grupo – algo singular, ainda que em movimento, em processo de ressignificação permanente.

O momento da entrevista guarda em si a *possibilidade do encontro dialógico*. A reportagem construída pela jornalista Natália Albertoni trouxe muitos e diferentes encontros e foi tecida no diálogo entre jornalista e entrevistado, a partir de argumentos da vida cotidiana das pessoas, no contexto cultural como um todo. O processo de pesquisa jornalística, o aprofundamento da pauta, a análise de documentos e tantas outras ferramentas utilizadas no fazer jornalístico, sem desmerecer o valor de cada uma, talvez não traduzam de maneira tão concreta a possibilidade do encontro dialógico que a entrevista proporciona. Trata-se, num primeiro momento, apenas de uma possibilidade, porque afinal, depende do desprendimento do jornalista, de sua sede de saber, do querer ir ao encontro do Outro, do deixar-se estranhar pelo Outro, do topar despir-se de suas verdades e de seus tratados consolidados para simplesmente escutar. E

mais: ampliar os sentidos para proporcionar a dialogia no momento da entrevista implica em investir tempo ou, dito pela lógica do jornalismo hegemônico, “perder tempo”. Não há, entretanto, como “perder tempo” com o Outro, com suas palavras, seus gestos, suas histórias, seus silêncios, se não existir o desejo de criar relação.

Ao desnudar o processo de construção da narrativa, suas imprecisões, seus escapes, suas inconclusões, seus descaminhos, cria-se a densidade da escrita que carrega consigo toda a complexidade daquela realidade, daquele personagem. Assim, a escrita densa se aproxima muito mais do compromisso com a veracidade e da responsabilidade para com as pessoas envolvidas. Até porque, como afirma Eliane Brum em sua entrevista a Mariano (2011, p. 314), “nenhuma matéria é mais importante do que uma pessoa”. E se, no processo de construção da reportagem descobre-se que as informações podem comprometer ou prejudicar a vida de alguém, Eliane Brum opta: “então, tu perde a informação e protege a vida daquela pessoa, óbvio” (MARIANO, 2011, p. 314). Quiçá estivesse assim tão óbvio para mais gente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Brechas para outras narrativas jornalísticas

Narrar a diferença no contexto jornalístico não é tarefa fácil. Muitas variáveis compõem uma dinâmica que talvez não facilite o processo. A proposta deste trabalho foi refletir sobre o lugar do Outro na narrativa jornalística, na esperança de que tal reflexão, a partir do olhar da cultura, pudesse contribuir com o fazer jornalístico. Concordo com Lago (2003) de que o diálogo entre os campos da antropologia e da comunicação, onde está localizado o jornalismo, pode ser profícuo, “se a primeira e seu método, voltados por excelência para a micro-observação, puderem iluminar a amplitude e a complexidade dos fenômenos da comunicação” (LAGO, 2003, p. 44). Assim, trazer elementos da cultura, do fazer antropológico e um pouco das reflexões daqueles que discutem essa temática para o campo jornalístico talvez tenha servido para desestabilizar as práticas já tão consolidadas, sobretudo quando nos referimos ao jornalismo de base industrial, aquele sobre o qual mirei o meu olhar.

O Outro participa do contexto social onde estamos inseridos e exige direitos, tem sede de saber, de falar, de manifestar-se; reivindica espaços e os ocupa. Identidades já não estão mais fixas e determinadas, paralisadas no tempo. Sujeitos reinventam-se e reelaboram suas identidades – múltiplas, descentradas, deslocadas –, restabelecem sua forma de estar no mundo e de participar, intervir, cobrar, contribuir, protestar. Por isso não é demais falar em buscar caminhos, inaugurar novas trilhas, abrir brechas, enxergar fissuras... em busca de uma narrativa que seja capaz de enxergar o Outro em sua diferença, e não como uma ameaça que assusta, desestabiliza, ou, que serve apenas para folclorizar histórias. As narrativas jornalísticas também carregam suas ambivalências; muitas vezes, entretanto, ficam limitadas a reproduzir as categorias do “bem” e do “mal”. Assim como as identidades individuais ou coletivas, os textos jornalísticos estão expostos a embates de poder, num terreno incerto, desestabilizado, descentrado, onde a negociação, os avanços e os recuos são permanentes.

É possível pensar a contribuição das narrativas jornalísticas na construção de identidades e problematizar o lugar ocupado pelo Outro nesses relatos. O fazer jornalístico, visto também ele como espaço de fronteira, está em permanente processo de negociação para a veiculação dos recortes de realidade e, como entre-lugar ou fissura (BHABHA, 1998) pode ser ambiente aberto às possibilidades da criação e da novidade, com novas traduções. Questionar essas representações, tais como são apresentadas na

imprensa, já é um primeiro passo para a abertura de novos caminhos. Ampliam-se as oportunidades para novos questionamentos, novas interpretações e atribuição de significados, propondo debates e alternativas outras para a sociedade.

A busca por estabelecer conexões mais complexas, por ampliar as vozes, por experimentar encontrar outra pauta dentro da pauta, por escutar e estabelecer pontes, por circunstanciar e humanizar os discursos são caminhos possíveis a partir do exercício de olhar o fazer jornalístico na perspectiva da cultura. Provavelmente, pelo lugar comum de sempre narrar a realidade a partir da mesmidade e do olhar colonizador formatado pelo jornalismo de raiz industrial e calcado na objetividade, o exercício de enxergar o Outro – de deixar-se estranhar pelo Outro, de desconstrução de certezas – será sempre deslizante, escorregadio, que escapa. O caminho pode até significar um passo em direção ao Outro e dois para trás. Mas, na ausência de receitas prontas e de manuais por onde seguir, o melhor caminho talvez seja esse mesmo: inaugurar e experimentar outros modos de pensar, outros modos de ouvir, outros modos de fazer jornalismo – a partir da perspectiva da diferença.

Geertz (2013, p. 4) elenca ações que são práticas do trabalho do etnógrafo: “estabelecer relações, selecionar informantes, transcrever textos, levantar genealogias, mapear campos, manter um diário, e assim por diante”. Ferramentas muito próximas do trabalho jornalístico. Porém, da mesma forma como acontece nas redações, essas coisas não são o que definem o produto final do trabalho. Geertz insiste que é “a descrição densa” (p. 4), fruto do trabalho intelectual, que fará a diferença no final do processo.

Se considerarmos, na perspectiva Hall (1997), que discursos constituem realidades, há que se caminhar em busca de maior densidade nas narrativas para que sejam capazes de traduzir fatos e acontecimentos em toda a sua complexidade, olhar com cuidado para tantos Outros que compõem nossa sociedade, para suas histórias e seus acúmulos, não mais com um olhar “colonizador”, mas colocando a pessoa humana – e, neste caso, aquele que ocupa o lugar do Outro – no centro da questão. Tal postura pode até passar por uma conduta de resistência ao que está posto como modelo a ser seguido, encontrando brechas e fissuras por onde a diferença possa se fazer presente, não para adequar-se e “fazer sentido” para a mesmidade, mas sim para ampliar a trama de sentidos, onde o Outro possa ser nominado em sua diferença.

Ao produzir sentidos – e é isso que o jornalista faz – ele pode estar falando de certa cultura, com os protagonistas culturais localizados. Não se esgota aí sua atuação como mediador-autor, já que os

significados das coisas estão sempre numa geopolítica de conflitos e o diálogo com os diferentes não pode ser simplesmente descartado ou desqualificado. Como articulador de discursos multiculturais, a autoria se faz necessária junto à mediação (MEDINA, 2006, p. 21).

O caminho para a desconstrução da colonialidade das narrativas jornalísticas passa pela compreensão de que “a linguagem nunca é neutra por definição e não pode deixar de exprimir relações de força, os valores e crenças de uma sociedade” (SEMPRINI, 1999, p. 68-69). O mesmo autor nos recorda que os veículos de comunicação, “longe de ser simplesmente um espelho, tornaram-se um lugar onde se elaboram, se negociam e se difundem os discursos, os valores e as identidades” (SEMPRINI, 1999, p. 124). Assim, quando o Outro “invadir” a pauta jornalística, que seja possível construir mais pontes e diminuir abismos, desconstruir certezas e estabelecer relações humanas, para que a narrativa jornalista reste mais densa e carregada de significados, capaz de ampliar a compreensão do mundo.

Concluo esta etapa na certeza de que as pistas construídas no percurso que trilhei neste mestrado servirão tão somente como aperitivo para instigar novas pesquisas, novos problemas, novos desafios. Com otimismo, fica aqui o convite de Skliar:

Voltar a olhar bem, isto é,
voltar a olhar mais para a literatura do que para os dicionários, mais para os rostos do que para as pronúncias, mais para o inominável do que para o nominado. E continuar desalinhados, desencaixados, surpresos, para não continuar acreditando que *nosso tempo, nosso espaço, nossa cultura, nossa língua, nossa mesmidade* significam *todo o tempo, todo o espaço, toda a cultura, toda a língua, toda a humanidade*.

(SKLIAR, 2003, p. 20. Grifos do autor)

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Thiago Pinto de. **Resistência na sociedade de controle: jornalismo alternativo, novas linguagens e tecnologia.** (Artigo científico) Anais do 5º Simpósio Internacional de Ciberjornalismo. 27 a 29 de agosto de 2014. Campo Grande, UFMS. Disponível em: <http://www.ciberjor.ufms.br/ciberjor5/anais-5o-simposio-de-ciberjornalismo/> Acesso em 13/02/2017.

ARAÚJO, Carlos Magno. Amor à palavra. In: CASTRO, Gustavo de; GALENO, Alex. **Jornalismo e Literatura.** A sedução da palavra. São Paulo: Escrituras Editora, 2002, pp. 93-97.
BHABHA, Homi K. **O local da cultura.** Tradução de Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

BRONOSKY, Marcelo Engel. **Manuais de redação e jornalistas: estratégias de apropriação.** Ponta Grossa: Editora UEPG, 2010.

CASTRO, Gustavo de; GALENO, Alex. **Jornalismo e Literatura.** A sedução da palavra. São Paulo: Escrituras Editora, 2002.

CHAPARRO, Manuel Carlos. **Sotaques D'Aquém e D'Além Mar.** Santarem: Jortejo Edições, 1998.

COSTA, Bruno C. S. **Jornalismo no Espelho: a primeira pessoa na obra de Janet Malcolm.** 89 p. Pós-doutorado. UFMS. 2015. *No prelo.*

DARNTON, Robert. Jornalismo: toda notícia que couber, a gente publica. In: DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourette.** Mídia, Cultura e Revolução. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

DINES, Alberto. **O papel do jornal e a profissão do jornalista.** 9ª ed. São Paulo: Summus, 2009.

DUSCHATZKY, Silvia; SKLIAR, Carlos. O nome dos outros. Narrando a alteridade na cultura e na educação. In: LARROSA, Jorge; SKLIAR, Carlos. **Habitantes de Babel: políticas e poéticas da diferença.** 2ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011, pp. 119-138.

DUTRA, Carlos Alberto dos Santos. **O Território Ofaié pelos caminhos da História.** Campo Grande: FCMS/Life Editora, 2011.

FESTA, Regina; SILVA, Carlos Eduardo Lins da. (org.). **Comunicação popular e alternativa no Brasil.** São Paulo: Paulinas, 1986.

GALENO, Alex. Palavras que tecem e livros que ensinam a dançar. In: CASTRO, Gustavo de; GALENO, Alex. **Jornalismo e Literatura.** A sedução da palavra. São Paulo: Escrituras Editora, 2002, pp. 99-108.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: LTC, 2013.

GEERTZ, Clifford. **O saber local.** Novos ensaios em antropologia interpretativa. Petrópolis: Vozes, 1997.

GOMES, Wilson. **Jornalismo, fatos e interesse**. Ensaios de teoria do jornalismo. Florianópolis: Insular, 2009.

HALL, Stuart. A Centralidade da Cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, volume 22, nº 2, pp. 15-46, julho a dezembro de 1997.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 7ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003a.

HALL, Stuart. **Da Diáspora**. Identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003b.

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.), HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000, p. 103-133.

IJUIM, Jorge Kanehide. **As diferenças e o diferente: o respeito ao outro como forma de humanizar o jornalismo**. Revista Rastros, Ano XV, Outubro de 2014, pp. 9-22.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e Revolucionários**. Nos tempos da imprensa alternativa. São Paulo: Scritta Editorial/Editora Página Aberta, 1991.

LAGO, Cláudia. Reflexões sobre Antropologia e Comunicação: o *ethos* romântico do jornalismo enquanto um estudo de caso. In: TRAVANCAS, Isabel; FARIAS, Patrícia (org.). **Antropologia e Comunicação**. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. 23ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2009.

LARROSA, Jorge; SKLIAR, Carlos. Babilônicos somos. A modo de apresentação. In: LARROSA, Jorge; SKLIAR, Carlos. **Habitantes de Babel: políticas e poéticas da diferença**. 2ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011, pp. 7-29.

LEAL, Bruno Souza; CARVALHO, Carlos Alberto. **De fontes a agentes jornalísticos: a crítica de uma metáfora morta**. Revista Intexto, Porto Alegre, set/dez 2015, pp. 606-622.

LÓPEZ, Alexis. Ser ou não ser Triqui: entre o narrativo e o político. In: LARROSA, Jorge; SKLIAR, Carlos. **Habitantes de Babel: políticas e poéticas da diferença**. 2ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011, pp. 187-194.

MALCOLM, Janet. **A mulher calada: Sylvia Plath, Ted Hughes e os limites da biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Dicionário da Comunicação**. 2ª ed., revista e ampliada. São Paulo: Paulus, 2009.

MARIANO, Agnes F. de C. **Eliane Brum e a arte da escuta**. Em *Questão*, Porto Alegre, v. 17, n. 1. P. 307-322, jan/jun. 2011.

- MARQUES DE MELO, José. **A opinião no jornalismo brasileiro**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1994.
- MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações**. Comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.
- MEDINA, Cremilda. **A arte de tecer o presente**. Narrativa e cotidiano. São Paulo: Summus, 2003.
- MEDINA, Cremilda. Autoria e renovação cultural. In: HERMES, Dirceu. **Mídia, educação e cultura**. Múltiplos olhares sobre a comunicação regional. Chapecó: Argos, 2006, pp. 19-27.
- MEDINA, Cremilda. **Ciência e Jornalismo**. Da herança positivista ao diálogo dos afetos. São Paulo: Summus, 2008.
- MEDINA, Cremilda. **Entrevista o diálogo possível**. São Paulo: Ática, 1995.
- NEVEU, Érik. **Sociologia do jornalismo**. São Paulo: Loyola, 2006.
- OLIVEIRA, João Pacheco de; MURA, Fábio; SILVA, Alexandra Barbosa. **Laudos Antropológicos em Perspectiva**. Brasília-DF: ABA, 2015.
- PLACER, Fernando González. O outro hoje: uma ausência permanentemente presente. In: LARROSA, Jorge; SKLIAR, Carlos. **Habitantes de Babel**: políticas e poéticas da diferença. 2ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011, pp. 79-89.
- SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.
- SATO, Nanami. Jornalismo, literatura e representação. In: CASTRO, Gustavo de; GALENO, Alex. **Jornalismo e Literatura**. A sedução da palavra. São Paulo: Escrituras Editora, 2002, pp. 29-45.
- SCHUDSON, Michael. **Descobrimo a notícia**. Uma história social dos jornais nos Estados Unidos. Petrópolis: Vozes, 2010.
- SEMPRINI, Andrea. **Multiculturalismo**. Trad. Laureano Pelegrin. Bauru, SP: EDUSC, 1999.
- SILVA, Juremir Machado da. O que escrever quer calar? Literatura e jornalismo. In: CASTRO, Gustavo de; GALENO, Alex. **Jornalismo e Literatura**. A sedução da palavra. São Paulo: Escrituras Editora, 2002, pp. 47-52.
- SILVA, Marcos Paulo da. Perspectivas Históricas da análise da noticiabilidade. In: Gislene; SILVA, Marcos Paulo da; FERNANDES, Mário Luiz (orgs). **Crítérios de Noticiabilidade**. Problemas conceituais e aplicações. Florianópolis: Insular, 2014.
- SILVA, Marcos Paulo da. A construção cultural da narrativa noticiosa. Noticiabilidade, representação simbólica e regularidade cotidiana. (Tese de Doutorado). São Bernardo do Campo-SP: UMESP, 2013.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.), HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000, pp. 73-102.

SKLIAR, Carlos. **Pedagogia (improvável) da diferença. E se o outro não estivesse aí?** Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

SODRÉ, Muniz. **A Narração do Fato**. Notas para uma teoria do acontecimento. Petrópolis: Vozes, 2009.

SODRÉ, Muniz, FERRARI, Maria Helena. **Técnica de reportagem – notas sobre a narrativa jornalística**. São Paulo: Summus, 1986.

SOLEY, LAWRENCE C. Shaping the news. In: SOLEY, LAWRENCE C. **The News Shapers: the sources who explain the news**. New York, Westport, London: Praeger Publishers, 1992.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo**. A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional. Vol. 2. 2ª ed. Florianópolis: Insular, 2008.

URQUIZA, Moema G. **Identidades indígenas na mídia: um estudo com professores indígenas sobre identidade/diferença e representação**. 2013. 82 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2013.

WAGNER, Roy. **A invenção da cultura**. Trad. Marcela Coelho de Souza e Alexandre Moraes. São Paulo: Cosac Naify, 2012.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.), HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000, pp. 7-72.

TEXTOS JORNALÍSTICOS CONSULTADOS

ALBERTONI, Natália. Negro por 364 dias. **Folha de S. Paulo**. Fotos de Leo Eloy. 20 nov. 2015. Disponível em: <http://arte.folha.uol.com.br/saopaulo/2015/11/20/consciencia-negra/>. Acesso em 28 jan. 2017.

BRUM, Eliane. O pescador sem rio e sem letras. **El País**. 16 fev. 2015. Disponível em: http://brasil.elpais.com/brasil/2015/02/16/opinion/1424088764_226305.html. Acesso em 5 nov. 2015.

CHAVES, Bruno. Índios invadem mais 2 fazendas em Japorã e ateiam fogo em uma delas. **Campo Grande News**, Campo Grande/MS, 27 out. 2013. Disponível em: <http://www.campograndenews.com.br/cidades/interior/indios-invadem-mais-2-fazendas-em-japora-e-ateiam-fogo-em-uma-delas>. Acesso em 26 jan. 2016.

Cigana aplica golpe de R\$ 150 em mulher de 61 anos e é presa. **Correio do Estado**, 29 abr. 2015. Disponível em: <http://www.correiodoestado.com.br/cidades/cigana-e-presao-ao-aplicar-golpe-em-mulher-de-61-anos/245382/>. Acesso em 12 jul. 2015.

FREITAS, Helio de. Em protesto contra PEC, estudantes índios bloqueiam acesso à universidade. **Campo Grande News**, 29 abr. 2015. Disponível em:

<http://www.campograndenews.com.br/cidades/interior/em-protesto-contra-pec-estudantes-indios-bloqueiam-acesso-a-universidade>. Acesso em 12 jul. 2015.

GTRAN retira ciganos acampados em ginásio. **Correio do Estado**, 19 mar. 2013. Disponível em: <http://www.correiodoestado.com.br/noticias/gtran-retira-ciganos-acampados-em-ginasio/177216/>. Acesso em 12 jul. 2015.

HADDAD, Renata Volpe. PF flagra desmatamento ilegal praticado por índios e quilombolas. **Campo Grande News**, 02 jul. 2015. Disponível em: <http://www.campograndenews.com.br/meio-ambiente/pf-flagra-desmatamento-ilegal-praticado-por-indios-e-quilombolas>. Acesso em 12 jul. 2015

Justiça afirma ser “impossível” diminuir crimes contra indígenas. **Correio do Estado**, 01 jun. 2015. Disponível em: <http://www.correiodoestado.com.br/cidades/justica-federal-afirma-ser-impossivel-diminuir-crimes-contra/248433/>. Acesso em: 12 jul. 2015.

MENDONÇA, Maressa. Depois de conflito com fazendeiros, indígenas deixam propriedade. **Correio do Estado**, 25 jun. 2015. Disponível em: <http://www.correiodoestado.com.br/cidades/depois-de-conflito-com-fazendeiros-indigenas-deixam-fazenda-em/250548/>. Acesso em 12 jul. 2015.

OLIVEIRA, Fabélia. **Sucesso no Campo**. Goiânia: TV Record/Goiás, 8 jan. 2017. Programa de TV. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=n-xrJnDN9NA&t=5s>. Acesso em 20.02.2017.

OLIVEIRA, Felipe de. 'Polícia não pode ser babá de moradores de rua', diz secretário do RJ. **Folha Online**, 12 mai. 2015. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/05/1628028-policia-nao-pode-ser-baba-de-menores-e-moradores-de-rua-diz-beltrame.shtml>. Acesso em 12 jul. 2015.

OLIVEIRA, Felipe de. Sem-teto retirados do prédio de Eike invadem edifício de governo no Rio. **Folha Online**, 24 abr. 2015. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/04/1620794-sem-teto-retirados-do-predio-de-eike-invadem-edificio-de-governo-no-rio.shtml>. Acesso em 12 jul. 2015.

OLIVEIRA, Viviane. Grupo de sem-terra bloqueia duas rodovias no 8º dia de protesto. **Campo Grande News**, 08 mai. 2015. Disponível em: <http://www.campograndenews.com.br/cidades/interior/grupo-de-sem-terra-bloqueia-duas-rodovias-no-8o-dia-de-protesto>. Acesso em 12 jul. 2015

Paulistanos montam loja grátis com roupas usadas para moradores de rua. **Folha Online**, 05 jul. 2015. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/saopaulo/2015/07/1650282-paulistanos-montam-loja-gratis-com-roupas-usadas-para-moradores-de-rua.shtml>. Acesso em 12 jul. 2015.

PF tenta conter risco de conflito em área quilombola. **Veja Online**, 16 fev. 2012. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/pf-tenta-conter-risco-de-conflito-em-area-quilombola>. Acesso em 12 jul. 2015.

PRADO, Filipe; ZAIDAN, Zana. Índios invadem mais 12 fazendas e criam novo foco de tensão no Estado. **Campo Grande News**, Campo Grande/MS, 26 out. 2013. Disponível em: <http://www.campograndenews.com.br/cidades/interior/indios-invadem-mais-12-fazendas-e-criam-novo-foco-de-tensao-no-estado>. Acesso em 26 jan. 2016.

Quilombolas ocupam prédio do Incra no RS. **Veja Online**, 05 out. 2011. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/quilombolas-ocupam-predio-do-incra-no-rs>. Acesso em 12 jul. 2015.

RANGEL, Carolina. Abandonados, usados e, agora, furiosos. **Revista Veja**, Edição 2.325, Ano 46, nº 24. 12 jun. 2013. Páginas 80-81.

REZENDE, Graziela. Índios invadem mais uma fazenda; já são 14 e PF vai ao local para negociar. **Campo Grande News**, Campo Grande/MS, 27 out. 2013. Disponível em: http://www.campograndenews.com.br/impressao/?_=%2Fidades%2Finterior%2Findios-invadem-mais-uma-fazenda-ja-sao-14-e-pf-vai-ao-local-para-negociar. Acesso em 26 jan. 2016.

RITTO, Cecília. Quando ser índio é um bom negócio. **Veja Online**, 10 ago. 2012. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/ibge-mapeia-populacao-das-terras-indigenas>. Acesso em 12 jul. 2015.

SOUZA, Felipe; BERGAMIM JR, Giba; LOBEL, Fabricio. Dois são baleados por policiais durante operação na cracolândia; PM é ferido. **Folha Online**, 29 abr. 2015. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/04/1622665-operacao-na-regiao-da-cracolandia-tem-tumulto-e-corre-corre-dois-sao-feridos.shtml>. Acesso em 12 jul. 2015.

STRUCK, Jean-Philip. A dúvida política indígena que pressiona o governo Dilma. **Veja Online**, 08 jun. 2013. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/a-dubia-politica-indigena-que-pressiona-o-governo-dilma>. Acesso em 12 jul. 2015.